UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL EM DOURADOS/MS: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS PROPRIEDADES E A GERAÇÃO DE RENDA

GLEICY JARDI BEZERRA

DOURADOS – MS

2016

GLEICY JARDI BEZERRA

AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL EM DOURADOS/MS: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS PROPRIEDADES E A GERAÇÃO DE RENDA

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Grande Dourados – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, para obtenção do Título de Mestre em Agronegócios.

Orientadora: Profa. Dra. Madalena Maria Schlindwein.

DOURADOS – MS

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

GLEICY JARDI BEZERRA

AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL EM DOURADOS/MS: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS PROPRIEDADES E A GERAÇÃO DE RENDA

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA: Profa. Dra. Madalena Maria Schlindwein - UFGD

Prof. Dr. Milton Parron Padovan - Embrapa Agropecuária Oeste

Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida - UFMS

Fevereiro/2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B574a Bezerra, Gleicy Jardi.
Agricultura familiar tradicional em Dourados/MS : limites e possibilidades para o desenvolvimento das propriedades e a geração de renda. / Gleicy Jardi Bezerra. – Dourados, MS : UFGD, 2015.
96f.

Orientadora: Profa. Dra. Madalena Maria Schlindwein.
Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento rural. 3. Política pública. I. Título.

CDD – 630

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

GLEICY JARDI BEZERRA

AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL EM DOURADOS/MS: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS PROPRIEDADES E A GERAÇÃO DE RENDA

Esta dissertação foi julgada e aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios, com área de Concentração em Agronegócios e Desenvolvimento, no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados.

Dourados (MS), 12 de fevereiro de 2016.

_____

Prof. Clandio, Favarini Ruviaro Dr.
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA:

_____

Profa. Madalena Maria Schlindwein, Dra. (Orientadora)
Universidade Federal da Grande Dourados

_____

Prof. Milton Parron Padovan, Dr.
Embrapa Agropecuária Oeste

_____

Profa. Rosemeire Aparecida de Almeida, Dra.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Joiciléia e Sebastião, por todo amor recebido, pelo incentivo e apoio em todas as minhas escolhas e decisões.

AGRADECIMENTOS

À Deus e Nossa Senhora Aparecida, pela vida e por sempre me conceder sabedoria nas escolhas dos melhores caminhos, coragem para acreditar, força para não desistir e proteção para me amparar.

À minha amada mãe Joiciléia, ao meu amado pai Sebastião e minhas irmãs Gláuce e Glazielle, pela compreensão, pelo apoio incondicional, pela calma e paciência em todos os meus momentos de tensão e ausência. À minha família os meus eternos agradecimentos. Eles, mesmo distantes, estão sempre ao meu lado.

À minha orientadora, Profa. Dra. Madalena Maria Schlindwein, um agradecimento carinhoso por todos os ensinamentos e pelo vasto conhecimento transmitido durante toda minha trajetória acadêmica durante o mestrado.

Aos professores membros da banca de qualificação e de defesa, Prof. Dr. Milton Parron Padovan e Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida pelos pertinentes apontamentos que engrandeceram esse trabalho.

Agradeço à família AGRAER, Unidade de Dourados/MS, pelo apoio durante a minha pesquisa, em especial à Priscila Reginato pelo carinho e boa vontade em me auxiliar, em todos e em qualquer momento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, aos docentes e técnicos pelo profissionalismo e conhecimentos compartilhados.

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul pela concessão de bolsa de estudos, que muito contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa.

Enfim, à todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para que este percurso pudesse ser concluído.

“Qualquer desafio que enfrentamos não é tão importante quanto nossa atitude frente a ele, pois é ela que determina nosso sucesso ou derrota”.

Norman Vincent Peale

RESUMO

Atuar em um ambiente de incertezas, onde os consumidores estão cada vez mais exigentes e buscando produtos de boa qualidade e com preços acessíveis, além da visão cada vez mais ambiental, se torna um desafio para os empreendimentos em dias atuais. Nesse contexto se inserem os agricultores familiares, que atualmente precisam fazer uso de diversas estratégias para permanecerem nas propriedades, auferir renda e ter uma vida de qualidade. Trata-se de um segmento que carece de diversos recursos, sejam eles financeiros ou materiais, e de assistência técnica. Nessa perspectiva, o presente estudo procurou identificar e analisar as principais potencialidades e limites para o desenvolvimento rural dos agricultores familiares tradicionais em Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul e destacar as principais estratégias para a geração de renda nas propriedades. A metodologia utilizada caracteriza-se como método misto, possuindo abordagem descritiva e explicativa, com dados obtidos a partir de uma pesquisa de campo. Os resultados mostram que a agricultura familiar tradicional em Dourados é bastante representativa, seja pela quantidade de produtores inscritos na Declaração Anual do Produtor Rural, seja porque é o setor que mais capta recursos do PRONAF. Apesar de possuírem uma pequena quantidade de terra, mais da metade dos agricultores cultivam soja e milho em suas propriedades. No entanto, nota-se que os agricultores utilizam rendimentos externos para complementar os advindos da propriedade. Outro dado bastante interessante é que, apesar de a vida no campo não ser fácil, um percentual expressivo de produtores não identificam dificuldades para comercializar sua produção. Nesse contexto, pelos resultados da pesquisa ficou perceptível que a política pública de crédito viabiliza a expansão da propriedade, pois, ao comparar agricultores que possuem renda externa com aqueles beneficiados com o PRONAF, destacou-se que o rendimento dos agricultores possuidores do PRONAF e sem renda externa são maiores, o que indica que essa política pública é de extrema importância para o desenvolvimento da propriedade e para a permanência do homem no campo. Quando feita a comparação da renda externa com a renda líquida anual, percebe-se que aqueles agricultores que auferem renda externa têm rendimentos inferiores àqueles agricultores que não possuem. Com base nos dados da pesquisa é possível concluir que, a partir de incentivos recebidos por meio de políticas públicas, é possível obter um maior desenvolvimento das propriedades rurais.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Desenvolvimento rural. Política pública.

ABSTRACT

Acting in a climate of uncertainty, where consumers are increasingly picky and looking for good quality products with affordable prices, as well as an increasing environmental perspective, it becomes a challenge for enterprises nowadays. This context is composed of family farmers, who currently need to make use of several strategies to stay on the property, earn income and have life quality. This is a segment that lacks many resources, both financial or material and technical assistance. From this perspective, the present study sought to identify and analyze the main potentials and limits for rural development of traditional farmers in Dourados, in the state of Mato Grosso do Sul and highlight key strategies to generate income on the properties. The methodology is characterized as mixed method, having descriptive and explanatory approach with data from field research. The results show that the traditional family farming in Dourados is quite representative, either because the amount of producers listed in the Annual Statement of Rural Producer, or because it is the sector that most captures PRONAF resources. Despite having a small amount of land, more than half of the farmers grow soybeans and corn on their properties. However, it is noted that farmers use external income to supplement property incomes. Another fact quite interesting is that despite the uneasy countryside life, a significant percentage of producers do not identify difficulties in marketing their production. In this context, the research results allow to notice that the public policy of credit enables the property expansion, therefore, to compare farmers who have foreign income with those PRONAF beneficiaries, it was contrasted that the income of PRONAF holders and without foreign income is higher, which indicates that public policy is of utmost importance for the property development and for the permanence of people in the countryside. When foreign income is compared to the annual net income, it is clear that those farmers who receive foreign income have incomes lower than those farmers who do not. Based on the research data, it is possible to conclude that, from incentives received through public policies, it is achievable to obtain greater development of rural properties.

Keywords: Family farming. Rural development. Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura1 - Mapas do Brasil, estado de Mato Grosso do Sul (MS) e município de Dourados com as coordenadas geográficas. 32
Figura 2 - Agricultores familiares tradicionais com produção diversificada em Dourados-MS.....57
Figura 3 - Agricultores familiares tradicionais com produção diversificada em Dourados-MS.....58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipo de moradia dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS 48
Gráfico 2 - Condição de acesso às propriedades dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS.....49
Gráfico 3 - Recurso financeiro obtido pelos agricultores familiares tradicionais com trabalho fora da Unidade de Produção Familiar (UPF) de Dourados-MS.....62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estabelecimentos e áreas da agricultura familiar e não familiar no Brasil, região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul, para o ano de 2006 35
Tabela 2 - Modalidade e quantidade de agricultores familiares que possuem a DAP, pertencentes ao município de Dourados/MS, em março de 2015 36
Tabela 3 - Evolução do número de contratos do PRONAF Custeio e Investimento para todo o Brasil e região Centro-Oeste no período de 2002 a 2012.....38
Tabela 4 - Evolução do montante de recursos disponibilizados pelo PRONAF Custeio e Investimento para todo o Brasil e região Centro-Oeste, no período de 2002 a 2012, em reais 39
Tabela 5 - Evolução do número de contratos do PRONAF Custeio e Investimento no estado de Mato Grosso do Sul, para o período de 2002 a 2012 41
Tabela 6 - Evolução do montante do total financiado pelo PRONAF Custeio e Investimento no estado de Mato Grosso do Sul, para o período de 2002 a 2012, em reais 42
Tabela 7 - Evolução do número de contratos do PRONAF Custeio e Investimento no município de Dourados-MS, para o período de 2010 a 2015.....43
Tabela 8 - Evolução do montante do total financiado pelo PRONAF Custeio e Investimento no município de Dourados-MS, para o período de 2010 a 2015, em reais 44
Tabela 9 - Grau de escolaridade do titular da DAP. Produtores familiares tradicionais, de Dourados-MS.....45
Tabela 10 - Mecanismos de acesso à informação dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS.....46
Tabela 11 - Meio de transporte dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS.....46
Tabela 12 - Tamanho das propriedades rurais dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS.....47
Tabela 13 - Forma de plantio utilizada pelos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS.....51
Tabela 14 - Utilidade das árvores nas propriedades dos produtores familiares de Dourados-MS.....53

Tabela 15 - Principais produtos e culturas desenvolvidas nas propriedades dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS 56
Tabela 16 - Principais atividades pecuárias praticadas nas propriedades dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS.....59
Tabela 17 - Canais de comercialização dos produtos dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS 59
Tabela 18 - Entraves para a comercialização da produção oriunda da agricultura familiar tradicional de Dourados-MS 60
Tabela 19 - Atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares tradicionais de Dourados- MS, fora da propriedade para geração de renda 63
Tabela 20 - Renda líquida anual, interna e externa à propriedade, dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS.....65
Tabela 21 - Renda líquida anual dos agricultores familiares de Dourados-MS que possuem e não possuem o Crédito de Investimento do PRONAF 66
Tabela 22 - Renda líquida anual dos agricultores familiares de Dourados-MS que possuem o Crédito de Custeio do PRONAF 67
Tabela 23 - Agricultores familiares de Dourados-MS que possuem e não possuem rendimentos fora da propriedade/mês e que possuem o Crédito de Investimento do PRONAF 68
Tabela 24. Agricultores familiares de Dourados-MS que possuem e não possuem rendimentos fora da propriedade/mês e que possuem o Crédito de Custeio do PRONAF 69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
AGRAER	Agência Estadual de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
BACEN	Banco Central do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DAP	Declaração Anual do Produtor Rural
FAMASUL	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO 15
1.1 O problema e sua importância 16
1.2 Justificativa 19
1.3 Objetivos.....20
1.4 Estrutura do trabalho 20
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 21
2.1 Agricultura familiar.....21
2.2 Desenvolvimento econômico e desenvolvimento regional 23
2.3 Políticas públicas voltadas para os agricultores familiares 25
2.4 Políticas públicas no contexto do desenvolvimento local 27
3 METODOLOGIA 30
3.1 Técnicas de pesquisa 31
3.2 Localização e área de estudo 32
3.3 Sujeito e instrumento de pesquisa 33
3.4 Obtenção e análise dos dados 34
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....34
4.1 Números da agricultura familiar no Brasil, estado de Mato Grosso do Sul e município de Dourados 35
4.2 Dados do PRONAF para o Brasil, região Centro-Oeste, estado de Mato Grosso do Sul e município de Dourados 37
4.3 Caracterização demográfica e socioeconômica dos agricultores familiares tradicionais de Dourados/MS 44
4.3.1 Análise demográfica dos agricultores familiares tradicionais 45
4.3.2 Descrição das propriedades e residências rurais 47
4.3.3 Comercialização e entraves da produção e fonte de renda dos agricultores 55
4.3.4 Fonte de renda dos agricultores 62
4.3.5 Rendimentos obtidos pelos agricultores familiares e o papel do PRONAF nesta análise.....66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 70

APÊNDICE A - Questionário aplicado aos agricultores familiares tradicionais do município de Dourados/MS e participantes da Chamada Pública da Sustentabilidade – MDA 84

APÊNDICE B – Fotos mostrando a diversificação da produção de alguns dos agricultores familiares tradicionais, de Dourados-MS.....95

1 INTRODUÇÃO

O aumento da renda média *per capita* em função do crescimento populacional ocasionou maior demanda por alimentos, particularmente nos países em desenvolvimento (FREITAS, 2014). Segundo dados publicados pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* ─ FAO (2009a), em 2050 haverá 9 (nove) bilhões de pessoas e, para suprir essa demanda, a Comissão Europeia (2014) destaca que o aumento da produção de alimentos deverá ser de 70%.

Na preocupação em produzir mais alimentos, a FAO (2014a) destaca que o segmento da agricultura familiar é de suma importância, pois, além de proporcionar meios para garantir a soberania alimentar, gera empregos agrícolas, reduz a pobreza, conserva a biodiversidade e mantém as tradições culturais.

Entende-se como soberania alimentar a produção e comercialização de alimentos vinculada à cultura e ao modo de vida do povo. Refere-se também à diversificação, pois, para conquistar o *status* de soberania alimentar é preciso produzir de tudo um pouco. Ocorre, porém, que não basta apenas produzir, sendo preciso também que essa produção seja limpa, sem venenos, buscando o equilíbrio ambiental (MPA, 2012).

No âmbito da América Latina, a agricultura familiar representa, mundialmente, segundo a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA, 2014), 30% da produção agrícola no Uruguai, 25% no Chile, 20% no Paraguai e 19% na Argentina. No Brasil, esse segmento é responsável por 38% do valor Bruto da Produção (MDA, 2014a).

Dentre os países da América Latina e Caribe existem cerca de 15 milhões de estabelecimentos familiares, ocupando aproximadamente 400 milhões de hectares. Esses países apontam as seguintes características para o segmento: as propriedades precisam ser geridas pelos membros das famílias e que a maior parte da mão de obra também seja familiar (BERDEGUÉ; FUENTEALBA, 2011).

No Brasil, a agricultura familiar passou por várias nuances em sua definição (JUNQUEIRA; LIMA, 2008) e foi somente a partir dos anos de 1990 que passou a ser reconhecida pela sua categoria social e produtiva. O segmento foi contemplado com ações que fazem parte de algumas políticas públicas, cuja finalidade é fortalecer a produção e sustentação/ocupação do homem no campo (ESQUERDO-SOUZA; BERGAMASCO, 2014).

Assim, de acordo a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, no artigo 3º (BRASIL, 2014a), são destacadas como características primordiais para se enquadrar como agricultor familiar: (i) não possuir área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; (ii) a mão de obra utilizada nas atividades econômicas ser predominantemente familiar e (iii) o maior percentual da renda ser obtida das atividades econômicas do estabelecimento. Como agricultura familiar tradicional entende-se, neste estudo, os agricultores enquadrados na Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006, não pertencentes à reforma agrária.

Em termos de políticas públicas, no ano de 1990 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ─ PRONAF, que é um dos principais programas voltados para a agricultura familiar. Outros programas que compõem políticas públicas também foram criados, sempre com o intuito de fortalecer e inserir os agricultores familiares no mercado (RIBEIRO; DIAS, 2013), destacando-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (DE PAULA et al., 2014).

No entanto, alguns agricultores ainda carecem de informações e de assistência técnica para acessarem esses programas, que são primordiais para melhorar, aumentar e qualificar ainda mais a sua produção (AUGUSTO; SACHUK, 2008; SOUZA et al., 2011; BUENO; SILVA, 2014; DE PAULA et al., 2014). Outros gargalos também podem ser vivenciados pelos agricultores familiares, sendo: pouca área de terra, baixa disponibilidade de recursos financeiros, Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER insuficiente, falta de regulamentação dos processos artesanais de produção de alimentos, dificuldades de acesso ao mercado, entre outros, sendo essas questões limitadoras para atingir maior competitividade e gerar o desenvolvimento das propriedades (SOUZA et al., 2011; DE PAULA et al., 2014).

1.1 O problema e sua importância

Tanto a agricultura familiar quanto a agricultura não familiar (nomenclatura usada pelo IBGE) possuem importância social e econômica para o país. A agricultura familiar se encontra bem descentralizada em todo o território nacional, no entanto, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário ─ MDA (2012a), a

agricultura não familiar possui grande concentração de terras no Brasil, uma vez que esse segmento detém 75,7% da área ocupada.

A distribuição de área (ha) destinada aos agricultores familiares apresenta certa discrepância entre as regiões brasileiras. Na região Nordeste corresponde a 35% da área, na região Norte em 21%, nas regiões Sudeste e Sul representam 16% e na região Centro-Oeste, em 12% (MDA, 2012a). No estado de Mato Grosso do Sul, a agricultura familiar ocupa 5,01% do total de área (ha), (ALMEIDA; KUDLAVICZ, 2011), destacando-se, assim, que é a agricultura não familiar a grande detentora de áreas nesta região, como ademais, em quase todas as demais regiões do país.

A agricultura familiar representa um importante segmento em termos de disponibilidade de alimentos, tanto para o Brasil, quanto para o mundo (GUILHOTO et al., 2006; JUNQUEIRA; LIMA, 2008; CONTI et al., 2015). Há, no entanto, uma gama de estudos apontando algumas dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, como a falta de tecnologia apropriada, extensão rural em quantidade muito abaixo do mínimo necessário, crédito financeiro insuficiente e burocratizado, dentre outras (AUGUSTO; SACHUK, 2008; SOUZA et al., 2011; BUENO; SILVA, 2014; DE PAULA et al. 2014).

Com o objetivo de fortalecer o segmento da agricultura familiar no Brasil, foram criados e implantados alguns programas que fazem parte de políticas públicas, tais como o PRONAF, o PAA e o PNAE (PEREIRA; NASCIMENTO, 2014). Ressalta-se que as políticas públicas de custeio agrícola são essenciais para o desenvolvimento, não somente econômico, mas também social dos agricultores familiares.

Nesse contexto, estudos identificam que uma parcela expressiva de agricultores familiares não possui acesso ao PAA por dois motivos principais: (i) falta de informação e (ii) o baixo valor sobre o limite de comercialização por agricultor/ano. Com relação ao PNAE, um estudo feito por Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014) nos municípios do Circuito das Frutas/SP, identificou alguns problemas que dificultam que o programa cumpra efetivamente seu objetivo, sendo: (i) falta de documentação por parte dos agricultores (principalmente a Declaração Anual do Produtor Rural - DAP), (ii) o baixo valor do recurso do programa, (iii) falta de organização dos produtores e (iv) a descentralização dos pontos de entrega dos produtos nos municípios, aumentando o custo para o agricultor (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

Para aqueles produtores que utilizam o PNAE, pesquisas evidenciam que, mediante o fortalecimento da agricultura local, a sociedade passou a ter acesso a alimentos de qualidade e com a certeza de origem. O produtor familiar diversifica sua produção, aumenta a renda e, concomitantemente, o jovem rural vê a possibilidade de continuar um negócio com boas perspectivas (DE PAULA et al., 2014).

A academia tem apresentado trabalhos direcionados à agricultura familiar no mundo, no Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul e no município de Dourados também. Porém, quando feita a busca em alguns *sites*, como *scielo, scopus, sciencedirect*, utilizando as palavras-chave como *family farming in Dourados, family farming in Mato Grosso do Sul*, não foram encontrados trabalhos até a data da pesquisa. Ao utilizar o *Google Scholar* e páginas de Universidade foi possível encontrar diversos trabalhos para a região, apontando diferentes temáticas para cada trabalho.

Dentre os trabalhos encontrados, destacam-se Sangalli et al. (2014), que analisaram a produção e geração de renda no assentamento rural Lagoa Grande, com destaque para o associativismo; em outro estudo, Padua et al. (2013) apontaram a agricultura orgânica como alternativa para o desenvolvimento do Assentamento Lagoa Grande; Sangalli, Schlindwein e Rode (2013) destacam as deficiências e as potencialidades do Assentamento Lagoa Grande, e Sangalli e Schlindwein (2013) apontam os desafios enfrentados pelos agricultores do assentamento. Silva e Binotto (2013) objetivaram identificar os elementos presentes no compartilhamento de informações e analisar a sua relevância para as posturas cooperativas dos atores sociais no Assentamento Amparo; Camilo e Schlindwein (2014) trataram sobre aspectos socioeconômicos e demográficos e sobre a implementação de políticas públicas.

Em geral, os trabalhos possuem enfoque bastante amplo, voltados preferencialmente para a agricultura familiar pertencente a assentamentos, no entanto algumas indagações existem com relação aos agricultores familiares tradicionais, que, por sua vez, são de grande relevância para o desenvolvimento da região de Dourados, com sua representatividade no município, correspondente a 84,04% de agricultores familiares e, representaram 98,49% dos contratos ofertados pelo PRONAF no período de 2010 a 2015. Nesse sentido surgem alguns questionamentos para os quais se buscou respostas com esta pesquisa: ─ *Quais são as estratégias utilizadas pelos agricultores familiares tradicionais em Dourados/MS para a geração de renda e o desenvolvimento*

das propriedades? ─ Existem diferenças em termos de rendimento financeiro quando os agricultores possuem acesso a programas de políticas públicas?

1.2 Justificativa

No Brasil, até 1990, a agricultura familiar era caracterizada como uma agricultura sem muita importância e com poucas políticas para atender as especificidades do segmento (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Foi somente a partir da década de 1990 que os agricultores familiares começaram a ganhar espaço pela sua importância social e produtiva. Atualmente países da América Latina e do Caribe apostam na agricultura familiar para disponibilizar alimentos a uma população que está em constante crescimento, principalmente em países em desenvolvimento. Assim, o ano de 2014 foi considerado o Ano Internacional da Agricultura Familiar, sendo que esses países se reuniam buscando alternativas para sanar algumas dificuldades existentes que impedem o desenvolvimento do segmento (SNA, 2014).

Em reconhecimento ao seu importante papel desempenhado para alavancar a soberania alimentar do planeta, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 2014 como "Ano Internacional da Agricultura Familiar", promovendo a divulgação, o desenvolvimento e o fortalecimento político do tema em todo o mundo.

O questionamento geral do presente trabalho é apontar as estratégias utilizadas pelos agricultores familiares tradicionais em Dourados/MS para gerar renda e desenvolver de maneira eficiente a propriedade, bem como apontar o papel da política pública de custeio para gerar um desenvolvimento sustentável/duradouro na propriedade.

Nesse sentido, faz-se necessário que novos estudos sejam realizados para que possam caracterizar e acompanhar o efeito das políticas públicas em cada localidade e em cada modalidade de agricultores familiares.

Sabe-se da grande relevância que as políticas públicas representam para o desenvolvimento das propriedades familiares e permanência/fortalecimento do produtor no campo. Os dados do BACEN (2014a) mostram que no período de 2008 a 2012 o percentual de contratos realizados pelo PRONAF cresceu 54,08%. Em contrapartida, ainda há poucos estudos para identificar os reais efeitos desses recursos na agricultura familiar tradicional. Neste sentido, após identificar a ausência de pesquisas com esse

enfoque considerando os agricultores familiares tradicionais da região de Dourados, em Mato Grosso do Sul, optou-se pela realização deste estudo.

1.3 Objetivos

O objetivo geral deste estudo é identificar e analisar as potencialidades e os limites para o desenvolvimento rural dos agricultores familiares tradicionais em Dourados-MS, bem como averiguar suas estratégias para a geração de renda.

Para alcançar tal objetivo geral, procedimentos mais específicos foram selecionados para serem realizados, tratados aqui como objetivos específicos, destacando-se:

(i) caracterizar a agricultura familiar no Brasil, em Mato Grosso do Sul e no município de Dourados;

(ii) realizar uma análise histórica do recurso disponibilizado pelo programa do PRONAF a agricultores familiares no Brasil, região Centro-Oeste, em Mato Grosso do Sul e no município de Dourados;

(iii) fazer uma caracterização sociodemográfica e econômica da agricultura familiar tradicional no município de Dourados, em Mato Grosso do Sul; e

(iv) analisar o papel da política pública de custeio em termos de aplicação de recursos para a agricultura familiar tradicional de Dourados/MS.

1.4 Estrutura do trabalho

Esta dissertação está dividida em quatro seções, incluindo a introdução, que destaca o problema e sua importância, a justificativa e os objetivos deste estudo. A segunda seção refere-se a uma revisão bibliográfica sobre temáticas relacionadas à agricultura familiar, desenvolvimento econômico e desenvolvimento regional, políticas públicas voltadas para agricultores familiares e políticas públicas no contexto do desenvolvimento local. Na terceira seção apresentam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa, destacando os tipos de pesquisa, a área de estudo, a população estudada e obtenção/análise dos dados. Na quarta seção destacam-se os resultados da pesquisa. Por fim apresentam-se as considerações finais e referências que embasam este estudo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esta seção refere-se a uma revisão bibliográfica sobre aspectos que envolvem a temática do presente estudo, dividindo-se em: agricultura familiar, desenvolvimento econômico e desenvolvimento regional, políticas públicas voltadas para agricultores familiares e políticas públicas no contexto do desenvolvimento local.

2.1 Agricultura familiar

No universo da agricultura existem dois importantes segmentos produtivos que impactam no Produto Interno Bruto – PIB. Um segmento é destinado à agricultura não familiar e o outro à agricultura familiar.

A agricultura familiar recebeu várias definições, sendo caracterizada como agricultura de subsistência, de pequena produção e pobreza rural. Somente a partir dos trabalhos de Guanziroli e Cardim (2000), com o Novo Retrato da Agricultura Familiar Redescoberto, que se percebeu o quanto o segmento é importante para o desenvolvimento do país (GUANZIROLI; SABBATO; VIDAL, 2011).

A partir dos anos de 1990, esse segmento foi reconhecido pela sua categoria social e produtiva, sendo criadas e implantadas políticas públicas a seu favor. Destaca-se que até antes desse período as políticas públicas eram destinadas às médias e às grandes propriedades (ESQUERDO-SOUZA; BERGAMASCO, 2015).

Nesse contexto, a agricultura não familiar é caracterizada segundo alguns fatores, sendo eles: total separação dos fatores gestão e trabalho, organização centralizada, ênfase na especialização, práticas agrícolas padronizáveis, utilização de trabalho assalariado, tecnologias que buscam a redução da mão de obra, utiliza insumos comprados (FAO/INCRA, 1994).

Em termos de agricultura familiar, cujo conceito abrange realidades muito distintas nos vários países e regiões, fala-se, seguramente, de alimentação. Fala-se, porém, também de sustentabilidade dos territórios, de gestão dos recursos naturais, de ambiente e de paisagem, e, além disso, fala-se da situação econômica e social das famílias que trabalham e vivem no espaço rural (OSÓRIO, 2014).

A agricultura familiar é caracterizada, segundo a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, no artigo 3º, que destaca como requisitos primordiais:

> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
> II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2015a).

O módulo fiscal é instituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ─ INCRA, e representa uma unidade que indica a extensão mínima das propriedades rurais consideradas áreas produtivas economicamente viáveis, dependendo do município em que cada uma está localizada (LANDAU et al., 2012).

Nesse sentido, os autores destacam que o tamanho dos módulos fiscais varia de 5 a 110 hectares dentre os municípios brasileiros. Para calcular em área (ha) deve-se analisar uma série de fatores, dentre eles: o tipo de exploração predominante no município, a renda gerada pela exploração municipal predominante e outros tipos de exploração, que embora não predominantes sejam expressivos em função da renda dela obtida, e da área utilizada, tendo assim o conceito de propriedade familiar (INCRA, 2013). O estado de Mato Grosso do Sul apresenta uma média para cada módulo fiscal de 57,5 ha, e o município de Dourados adota 30 ha para cada módulo fiscal (LANDAU et al., 2012).

A agricultura familiar é composta por pequenas e médias propriedades rurais, assentamentos de reforma agrária e comunidades rurais tradicionais, como silvicultores, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, dentre outros, desde que cumpram os requisitos da Lei (SILVA et al., 2014).

Nesse sentido, agricultura familiar é toda unidade que tem no meio rural sua principal fonte de renda, onde sua base de força de trabalho empregada são os próprios membros da família. Segundo Bittencourt e Bianchini (1996), é permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar, mas, no caso de contratação de mão de obra permanente externo à família, a mão de obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento rural.

Com relação aos dois segmentos, estudos apontam que a agricultura brasileira apresenta vasta diversidade em relação à forma de interação com o meio ambiente, à

situação dos produtores, à aptidão das terras, à disponibilidade de infraestrutura, entre as regiões e também dentro de cada região (FAO/INCRA, 2000).

No Brasil, dos 5.175.489 dos estabelecimentos agrícolas, 84,36% são familiares, ocupando apenas 24,3% da área total, representando 74,4% das pessoas ocupadas no campo, com 12,3 milhões de pessoas (PLEIN; FILIPPI, 2011; DE PAULA et al., 2014; MDA, 2014a). Correspondem, economicamente, a 10% do Produto Interno Bruto (PIB), 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (MDA, 2014b).

O debate sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força ao longo do tempo, impulsionada pela concepção de desenvolvimento duradouro, geração de emprego e renda, segurança alimentar e também desenvolvimento local (FAO/INCRA, 2000).

Assim, com o intuito de fortalecer os mecanismos de produção e comercialização, os agricultores familiares se unem em forma de associações e cooperativas, sendo que as cooperativas agropecuárias desempenham importante papel econômico e social, principalmente por possibilitarem, aos produtores, agregação de valor à sua produção e inserção em mercados concentrados (FERREIRA; BRAGA, 2004).

A cooperação também pode ser entendida como um processo social onde grupos de pessoas se relacionam com a finalidade de encontrar soluções para problemas comuns (FRANTZ, 2001). Para Bialoskorki Neto (2002), algumas cooperativas e associações adotam estratégias de apoio à comercialização, aumentam os trabalhos em grupo e fortalecem a agricultura familiar.

Dentre os benefícios do associativismo, a união entre os produtores torna-os mais competitivos. Através desse tipo de cooperação, eles buscam auxílio para superar as suas incapacidades individuais de enfrentar o mercado globalizado. Ocorre, no entanto, que muitos produtores não participam dessas entidades sociais (LAGO et al., 2006).

2.2 Desenvolvimento econômico e desenvolvimento regional

O termo desenvolvimento econômico teve surgimento no século XX. Embora não exista uma única definição para o termo, duas correntes de economistas tentam defini-lo. A primeira corrente, mais teórica, destaca o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, e a segunda corrente, caracterizada pela realidade empírica, entende

que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, porém não é condição suficiente (SOUZA, 2012).

Já os estruturalistas destacam que "[...] o desenvolvimento econômico implica mudanças de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com melhoria da produtividade e da renda média da população" (SOUZA, 2012, p. 6). O autor continua destacando que o desenvolvimento econômico é definido pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estrutura e melhorando os indicadores econômicos, sociais e ambientais.

Assim, Kageyama (2004) destaca que o conceito de desenvolvimento – econômico, social, cultural, político – é complexo e só pode ser definido por meio de simplificações, que incluem separação de alguns de seus aspectos e aproximação por algumas formas de medidas.

Na concepção de Gremaud, Vasconcellos e Toneto-Júnior (2014), desenvolvimento econômico está, no entanto, relacionado às condições de vida da população ou à qualidade de vida dos residentes do país. Para Fochezatto (2010), é um processo evolutivo que ocorre a partir das transformações estruturais dos setores da economia. Assim, Brue (2006) destaca que o desenvolvimento econômico acontece quando uma nação melhora seu padrão de vida.

Todavia, o desenvolvimento econômico não ocorre de maneira igual e ao mesmo tempo em todas as partes, sendo esse um processo bastante irregular e que, uma vez iniciado em determinados pontos, possui característica para fortificar áreas/regiões mais dinâmicas e que apresentam maior potencial de crescimento (LIMA; SIMÕES, 2010).

Sen (1999) destaca que, para uma região ser desenvolvida economicamente, é preciso que os indivíduos desfrutem das liberdades individuais, atendendo a seus desejos, isso associado ao comprometimento social institucional.

Pensando no desenvolvimento regional e local, uma qualidade é que se tem o desenvolvimento de territórios com capacidade competitiva num ambiente onde a incerteza e a turbulência são grandes, porém, para isso acontecer, é necessário investir em inovação, capacidade empreendedora, qualidade do capital humano e flexibilidade do sistema produtivo. É preciso impulsionar projetos que permitam a transformação progressiva do sistema econômico regional e local (CABUGUEIRA, 2000).

Para Karnopp (2012), desenvolvimento regional é um processo de mudança estrutural localizado, determinado por três principais pilares: progresso da própria

região, progresso da comunidade ou sociedade que a habita, e progresso de cada indivíduo pertencente à mencionada sociedade. O autor ainda destaca a existência de três novos conceitos que exemplificam o desenvolvimento regional atual: o distrito industrial, caracterizado por sistema produtivo local; os ambientes inovadores que fornecem elementos, destacando a tecnologia, e os *clusters*, sendo estes uma síntese dos dois anteriores.

Cabe dizer mais, que o desenvolvimento local é baseado nos agentes locais, sendo relacionado a iniciativas inovadoras da coletividade, encadeando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. Para que esse processo de desenvolvimento seja duradouro, é preciso elevar as oportunidades sociais e a competitividade da economia local, aumentando a renda (BUARQUE, 1999).

Buarque (2008) destaca que o desenvolvimento local é o resultado de várias ações convergentes e complementares, capazes de minimizar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas, promovendo uma mudança social no território. Normalmente, o desenvolvimento local está associado às iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, encadeando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto externo. Nesse contexto, o desenvolvimento local depende da capacidade dos atores locais de compreenderem a realidade e as mudanças do ambiente, ampliarem a capacidade de inovação e responderem de forma eficiente aos desafios existentes, com suas capacidades e talentos, em um processo permanente de aprendizagem.

2.3 Políticas públicas voltadas para os agricultores familiares

Com o objetivo de fortalecer os agricultores familiares e contribuir para a colocação da sua produção no mercado, algumas políticas públicas foram concebidos e implementados pelo governo federal (RIBEIRO; DIAS, 2013).

Junqueira e Lima (2008) destacam que o objetivo das políticas públicas é uma forma de resolução pacífica de conflitos existentes. Nesse contexto, para o meio rural as políticas públicas possuem um papel fundamental em promover a redução das disparidades existentes.

Dentre os programas de apoio aos agricultores familiares, destacam-se três: (i) o PRONAF, (ii) o PAA e (iii) o PNAE. O PRONAF surgiu na década de 1990, sendo a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar. A inserção

dessa política pública para os agricultores familiares é considerada um marco na intervenção do estado na agricultura brasileira, pois representa efetivamente uma importante força auxiliar aos agricultores familiares, principalmente em relação ao crédito para o custeio de atividades produtivas e investimentos (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Nesse contexto, o PRONAF tem o objetivo de possibilitar a introdução e o uso de tecnologias modernas no setor agrícola e pecuário, como a principal fonte de recursos financeiros, seja para custeio de safra ou para atividade agroindustrial, contribuindo para a melhoria dos aspectos econômicos e sociais das famílias (MDA, 2015c). O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011) destaca que o PAA e o PNAE foram criados com procedimentos e mecanismos de gestão, do ponto de vista legal, que autorizam a compra direta do agricultor familiar cadastrado, sem necessidade de licitação, democratizando e descentralizando as compras públicas e criando mercado para os pequenos produtores.

O PAA foi instituído pelo artigo 33 da Lei Federal nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que estabelece algumas finalidades. Dentre elas, uma é incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda, incentivando o consumo e outra é a valorização dos alimentos da agricultura familiar (BRASIL, 2015b). Esse programa prevê o pagamento de valores justos aos produtores, com base em critérios previamente definidos (MOTA et al., 2014).

Diante disso, o PAA é inserido no cenário da política pública voltada à agricultura familiar com ênfase na segurança alimentar e nutricional, e surgiu como resultado da negociação de ideias e de interesses no fórum de comunidades de políticas públicas, sendo o primeiro programa de política nacional para agricultores familiares que se articula com a política de segurança alimentar e nutricional (GRISA, 2013).

O PNAE é a maior política pública e a mais antiga implantada no Brasil (SARAIVA et al., 2013). Foi implantado em 1955 com objetivo de contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricionais (FNDE, 2015a).

Uma das diretrizes da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, no seu artigo 14, determina que no mínimo 30% do total do valor repassado a estados,

municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE deve ser destinado à compra de gêneros alimentícios produzidos pelos agricultores familiares (BRASIL, 2015d).

Segundo Rezende et al. (2012), o PNAE, além de fortalecer os preços da produção dos agricultores familiares tornando-os mais altos que os produtos convencionais, contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento do mercado institucional de alimentos.

2.4 Políticas públicas no contexto do desenvolvimento local

Além do caráter social e econômico da agricultura familiar, o segmento também é importante para ofertar alimentos ao mercado. Assim, a FAO (2014b) destaca que a segurança alimentar mundial depende em grande parte da agricultura familiar. No contexto de produção, a agricultura familiar é um segmento que contribui com o agronegócio por meio da oferta de produtos diversificados e pela ocupação de pessoas no campo e geração de renda (SILVA et al., 2014).

Lourenzani (2006) destaca que os produtores familiares geram empregos e assim contribuem para o desenvolvimento local, distribuindo melhor a renda, além de serem responsáveis por uma parte significativa da produção nacional, preservando mais o meio ambiente e, principalmente, alavancando a economia dos municípios onde vivem.

No contexto da soberania alimentar, a agricultura familiar vem ganhando destaque, pois os produtores disponibilizam alimentos no mercado tanto *in natura* quanto industrializados, de origem animal e vegetal (AGNE; WAQUIL, 2011). Buainaim, Romeiro e Guanziroli (2003) ressaltam que as principais características dos produtores familiares são a diversificação, combinação de subsistemas intensivos e extensivos e capacidade de adaptação.

Nesse contexto, os produtores fazem uso de alguns mecanismos para gerar renda, destacando-se a pluriatividade, onde a renda é obtida tanto da atividade agrícola quanto de outras atividades não agrícolas, como artesanatos, entre outras, que são fundamentais para atender às necessidades materiais das famílias (ANJOS; CALDAS, 2007).

No intuito de preservação ambiental, muitos produtores familiares utilizam práticas agroecológicas na sua produção. Nesse contexto, Padua-Gomes et al. (2014) realizaram uma pesquisa no Assentamento Itamarati/MS, em 2013, envolvendo

agricultores familiares que manejam seus agroecossistemas em bases agroecológicas. Constatou-se que a produção é bastante diversificada nos estabelecimentos identificados, sendo as hortaliças, os frutos em geral, a mandioca, o milho e a cana-de-açúcar os itens mais cultivados no local. Borda et al. (2012) destacam que, dentre os produtos geradores de renda, os agricultores familiares também fazem uso do cultivo de plantas medicinais.

Além de diversificar sua produção, os agricultores se unem em cooperativas e/ou associações para melhor escoar seus produtos. Atuando em conjunto, os produtores conseguem aumentar as oportunidades no mercado, reduzindo os riscos e agregando valor aos produtos (SILVA et al., 2014). Através de meios de cooperação, os agricultores têm maior capacidade para adotar práticas de manejo, aumentar a produção de maneira eficiente e obter ganhos na comercialização dos produtos. Mesmo assim, no entanto, a agricultura familiar brasileira tem como característica predominantemente o trabalho individual (BUAINAIN, 2006).

Rezende et al. (2012) destacam que as políticas públicas que geram renda têm importante papel na melhoria das condições sociais dos agricultores familiares, principalmente para os que se encontram em situação de extrema pobreza.

Foi a partir da criação do PRONAF que a agricultura familiar brasileira passou a ganhar relevância, principalmente com relação à disponibilidade de crédito rural, sendo essa uma política pública que objetiva atingir o desenvolvimento rural (AQUINO; SCHNEIDER, 2011). Para a agricultura familiar, o crédito agrícola é crucial na busca por desenvolvimento e justiça social (PEREIRA; NASCIMENTO, 2014).

Dados da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL (2015) para o Brasil apontam que o número de contratos do PRONAF aumentou 25% de 2013/2014 para o período de julho de 2014/março de 2015, totalizando mais de 1,6 milhão de contratos, correspondente a um montante de R$ 20,7 bilhões. Aquino e Schneider (2011) fizeram um estudo, no Brasil, relacionado ao número de beneficiários do PRONAF no período de 1996 a 2008. Constatou-se que foram realizadas 14.538.088 operações de crédito, tendo como empréstimo para custeio e investimento um valor superior a R$ 55 bilhões de reais.

Segundo Pereira e Nascimento (2014), com base nos dados do SAF/MDA do ano de 2012, para o estado de Tocantins, entre 2002 e 2009, o programa atingiu todos os 139 municípios, totalizando em média um montante anual de R$ 103 milhões de reais.

O crédito é visto como elemento essencial no processo de desenvolvimento, pois possibilita o financiamento de inovações produtivas (PEREIRA; NASCIMENTO, 2014).

Outro programa de política pública que ajuda a fortalecer o agricultor familiar é o PNAE. A partir da aprovação da Lei Federal nº 11.947/2009, o segmento da agricultura familiar conquistou um importante passo para inserir sua produção no mercado, gerando um ganho econômico para o segmento (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

Dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB apontam que a procura pelo PAA varia entre as regiões. Essa variação decorre das características próprias de cada região, seja pela organização social local ou mesmo por acesso diferenciado à informação por parte dos beneficiários fornecedores ou de suas representações legais. Essa justificativa é esclarecedora dessa situação. A distribuição dos recursos do PAA em 2014 se deu da seguinte forma: a região Sudeste foi a que mais usufruiu desta política, recebendo 38% dos recursos; a região Nordeste, 24%; a região Sul, 18%; a região Norte, 11%; e a região Centro-Oeste, 9% (CONAB, 2015).

Na pesquisa de Cordin e Souza (2014), realizada em uma comunidade quilombola o município de Adrianópolis/PR, em 2013, os autores destacam que o PAA para essa comunidade tinha o cunho de venda, mecanismo de escoar mercadorias e produtos que estavam sendo perdidos, ou eram dados a animais nativos e criados, às famílias e a vizinhos. Através da venda desses produtos, eles passaram a obter renda extra.

Sobreira, Khan e Sousa (2014) realizaram uma pesquisa com grupos de apicultores beneficiários e não beneficiários do PAA de nove municípios cearenses. Os resultados apontaram que a participação no PAA influenciou na adoção de práticas e de técnicas recomendadas de manejo, colheita e beneficiamento, e também no aumento do índice geral tecnológico dos apicultores.

Já Valnier (2011) destacou que o PAA representa uma melhoria na renda dos agricultores familiares beneficiários desse programa. Assim, seus produtos passaram a ser valorizados, o que aproximou o produtor ao consumidor, aumentou a participação da agricultura familiar no mercado, principalmente para aqueles agricultores familiares que não conseguiam vender sua produção. Com relação à distribuição dos recursos, o autor destaca que as regiões Nordeste e Sul, juntas, receberam mais de 60% do total de

recursos aplicados no período avaliado, de 2003 a 2008. O autor continua destacando que as regiões Norte e Centro-Oeste não tiveram participação expressiva no total de recursos aplicados. Isso se explica, no caso da região Centro-Oeste, pelas características de sua agricultura, voltada, predominantemente, para as grandes *commodities* (soja e milho) e, na região Norte, pela vasta extensão territorial e dificuldades de acesso e escoamento dos produtos.

O estudo de Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014), realizado em 2012 no Circuito das Frutas/SP, teve como principal objetivo analisar a importância das principais políticas públicas em 10 municípios dessa região. Nesse contexto, evidenciou-se que a maioria dos agricultores familiares não possui acesso ao PAA por dois motivos principais: falta de informação e o baixo valor sobre o limite de comercialização por agricultor/ano. Com relação ao PNAE, constatou-se que apenas um município conseguiu gastar os 30% dos recursos que são fixados pela Lei Federal nº 11.947/2009 com alimentos advindos da agricultura familiar.

De Paula et al. (2014) realizaram uma pesquisa no município de Mineiros/GO, na qual evidenciaram que, mediante o fortalecimento da agricultura local, a sociedade passou a ter acesso a alimentos de qualidade e com a certeza de origem. Os autores ressaltam que os produtores diversificam sua produção e aumentam a renda. Concomitantemente, o jovem rural vê a possibilidade de continuar um negócio familiar com boas perspectivas. Com relação aos recursos gastos no ano de 2012, para alimentação escolar no município, foi utilizado um montante de R$ 363.822,41 (informação até outubro de 2012), e o valor total adquirido junto aos agricultores familiares foi de R$ 2.290,35, representando um percentual de 0,63% (destaca-se que o início da venda se deu em junho de 2012), sendo que a lei fixa que, do montante do valor repassado aos estados, municípios e DF, pelo menos 30% tem que ser destinado a compras de alimentos de agricultores familiares. Dentre os pontos negativos, pode-se destacar a falta de produtos dos agricultores familiares naquela região e a falta de padronização adequada desses produtos.

3 METODOLOGIA

Esta seção destaca os procedimentos metodológicos utilizados na construção deste trabalho. De acordo com Creswell (2010), o método de pesquisa envolve a forma

de coletar, analisar e interpretar os dados. Assim, o autor destaca três tipos de métodos: métodos quantitativos, métodos mistos e métodos qualitativos.

No método qualitativo, o problema de pesquisa é entendido explorando um conceito ou fenômeno. Esse tipo de método é utilizado quando as variáveis e a base teórica da pesquisa são desconhecidas. No método quantitativo, a pesquisa busca entender quais os fatores ou quais as variáveis que influenciam o resultado. Um estudo de métodos mistos é a junção da abordagem qualitativa e quantitativa (CRESWELL, 2010). No caso do presente estudo, utiliza-se métodos mistos e se configura como pesquisa descritiva.

3.1 Técnicas de pesquisa

Para atingir os propósitos deste estudo, a pesquisa foi dividida em três etapas. A primeira consistiu na busca de dados e informações pela abordagem de pesquisa exploratória, sendo realizada uma pesquisa no *site* do Banco Central do Brasil – BACEN (Objetivo B). A segunda etapa é caracterizada como uma entrevista pessoal com o Coordenador da Agência Municipal da AGRAER de Dourados/MS (Objetivos A e B). Quanto as dados do PRONAF para o Brasil, região Centro-Oeste e estado de Mato Grosso do Sul, foram analisados os períodos de 2002 até 2012 (sendo para o ano de 2012 o último dado divulgado) e, para o município de Dourados-MS, o período analisado foi de 2010 até 2015. Na terceira etapa, utilizou-se um questionário aplicado pelos servidores da AGRAER a uma amostra populacional de agricultores familiares tradicionais (Objetivos C e D).

Nesse contexto, esta pesquisa caracteriza-se como método misto, possuindo abordagem descritiva e explicativa, bem como envolvendo o uso das duas abordagens em conjunto. Assim, mediante essa junção, o resultado encontrado vem a ser maior do que o resultado encontrado em uma pesquisa realizada de forma isolada.

Segundo Creswell (2010), a análise descritiva relata o comportamento de uma determinada variável da amostra utilizando instrumentos estatísticos para analisar as variáveis. A abordagem explicativa tem o papel de identificar os fatores contribuintes para a ocorrência de determinado fato, explicando a razão e o porquê das coisas (GIL, 2010).

3.2 Localização e Área de Estudo

O estudo foi desenvolvido no município de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, conforme demonstrado na Figura 1.

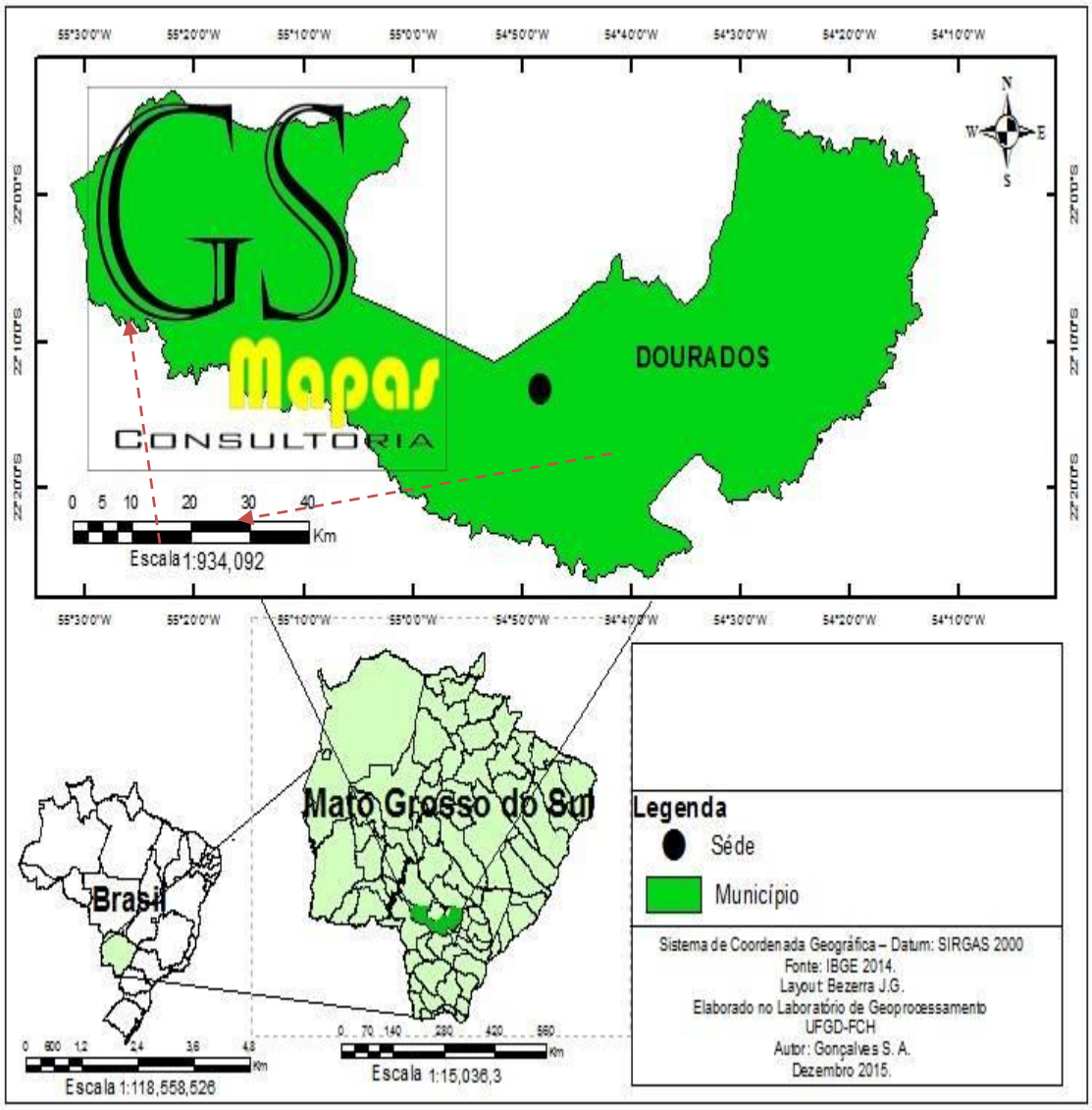


Figura1. Mapas do Brasil, estado de Mato Grosso do Sul (MS) e município de Dourados, com as coordenadas geográficas.

O estado de Mato Grosso do Sul faz fronteira com a Bolívia e o Paraguai, e divisa com os estados de Goiás (Norte), Minas Gerais (Leste), Mato Grosso (Norte), Paraná (Sul) e São Paulo (Sudeste). O estado possui 79 municípios, sendo Campo

Grande sua capital. Sua área é de 357.145,534 km², contando com uma estimativa populacional para 2014 de 2.619.657 (IBGE, 2015a).

O município de Dourados possui área territorial de 4.086,237 km², com uma população estimada para 2014 de 210.218 habitantes, possuindo um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,747. O bioma predominante da região é o Cerrado e Mata Atlântica (IBGE, 2015b).

3.3 Sujeito e Instrumento de Pesquisa

Segundo Lakatos e Marconi (1999), o termo "amostra", em pesquisa, se refere a um subconjunto do universo populacional. Assim, a amostra é uma porção ou parcela desse universo. Nesse contexto, o sujeito da pesquisa, amostra do estudo, é composto por agricultores familiares tradicionais, residentes no município de Dourados-MS.

O presente estudo foi realizado em parceria com a AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural), atividade para a qual se utilizaram as respostas a um questionário (Apêndice A) aplicado pela entidade aos agricultores selecionados na Chamada Pública SAF/ATER/2012, LOTE 22. Destaca-se que foram selecionadas e analisadas somente as questões pertinentes ao objetivo proposto nesta dissertação.

A Chamada Pública SAF/ATER/2012 teve como objetivo fornecer serviços de assistência técnica e extensão rural para 800 famílias de agricultores familiares de Mato Grosso do Sul localizados nos municípios de Dourados, Ivinhema, Fátima do Sul, Novo Horizonte do Sul, Glória de Dourados e Deodápolis.

Para a AGRAER selecionar a amostra populacional de Dourados, foi adotada uma metodologia específica, que consistiu em uma série de etapas, dentre elas: reunião, visita técnica na UPF (unidade de produção familiar), visita técnica a grupos, mutirão, dia de campo, excursão, intercâmbio, oficina, seminário e curso. Após a aplicação da metodologia, foram selecionadas, no município de Dourados, 200 famílias, sendo que 18 famílias não participaram do exercício completo. Assim, a amostra utilizada contou com 182 famílias.

Para calcular o tamanho da amostra, foi necessário usar algum método estatístico. Nesse sentido, foi utilizada a fórmula de amostragem sistemática apresentada por Barbetta (1994), sendo:

$$No = \frac{1}{Eo^2} \qquad n = \frac{N \cdot no}{N + no}$$

Onde:

N – tamanho (número de elementos) da população,

n – tamanho (número de elementos) da amostra,

no – uma primeira aproximação do tamanho da amostra,

E - erro amostral tolerável.

Para realizar o cálculo estatístico, foi considerada uma população de 2.207 agricultores familiares tradicionais (Dados da pesquisa). O valor do erro amostral utilizado para esse cálculo foi de 8,2%, constituindo uma amostra de 139.

Após a análise do cálculo, fica visível que a amostra selecionada de 182 agricultores é bastante representativa.

3.4 Obtenção e análise dos dados

Para a realização da pesquisa, no dia 12 de março de 2015 foi realizada uma entrevista pessoal junto com o coordenador da AGRAER em Dourados, MS.

No que se refere aos questionários aplicados aos agricultores, sendo o respondente o titular da DAP (questionário aplicado em 2015), foram eles obtidos junto à AGRAER de Dourados-MS. Esses dados foram tabulados e processados eletronicamente utilizando-se o programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* - SPSS (versão 21), para, a seguir, serem calculadas as estatísticas, as quais são apresentadas na forma de tabelas/gráficos e analisadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a finalidade de atender aos objetivos apresentados na parte introdutória, analisaram-se os dados coletados em *sites* oficiais e entrevista pessoal, conforme metodologia proposta.

Nesta seção são descritos e analisados, primeiro o número de agricultores familiares no Brasil/estado de Mato Grosso do Sul/Dourados, depois as políticas públicas voltadas para os agricultores familiares e, enfim, a caracterização sociodemográfica e econômica dos agricultores familiares tradicionais de Dourados.

4.1 Números da agricultura familiar no Brasil, estado de Mato Grosso do Sul e município de Dourados

A agricultura familiar e a agricultura não familiar são dois segmentos produtivos que se destacam pelo seu caráter econômico e social e pela disponibilidade de produção de alimentos. No Brasil, nota-se que a agricultura não familiar é bastante representativa em termos de áreas (ha), destacando a concentração fundiária de terras, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1. Estabelecimentos e áreas da agricultura familiar e não familiar no Brasil, região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul, para o ano de 2006.

Regiões	**Agricultura Familiar Lei nº 11.326**		**Agricultura Não Familiar**	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Brasil	4.366.267	80.102.694	809.369	253.577.343
Centro-Oeste	217.022	9.350.556	100.476	96.000.531
Mato Grosso do Sul	41.057	1.184.217	23.807	29.090.759

Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2015c).

A Tabela 1 mostra que a agricultura não familiar é que detém o maior percentual de áreas brasileiras, totalizando 75,99% da área ocupada. Porém, a agricultura familiar representa o maior percentual de estabelecimentos (84,36%).

A agricultura familiar na região Centro-Oeste representa 4,97% do total de estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, e o estado de Mato Grosso do Sul representa 63,30% do total da região Centro-Oeste. Destaca-se, assim, que, em termos de número de estabelecimentos, Mato Grosso do Sul e a região Centro-Oeste são menos representativas que as demais regiões.

Ao analisar a quantidade de áreas (ha) distribuídas entre os dois segmentos, percebe-se a alta representatividade da agricultura não familiar como detentora de maior percentual de áreas (ha). Assim, no Brasil, a agricultura familiar detém 24,01% de áreas (ha), na região Centro-Oeste ela possui 8,88% de áreas (ha) e no estado de Mato Grosso

do Sul, a agricultura familiar representa 3,91% de áreas (ha) e, para este estado, a agricultura não familiar detém 96,09% de áreas (ha).

Navarro e Campos (2013) classificam a região Centro-Oeste como a região em que predomina a agricultura não familiar, pois, apesar de deter o menor número de estabelecimentos, possui a maior quantidade em extensão de terras. A região em questão possui, no entanto, mais de 50,00% de seus estabelecimentos rurais na categoria de familiar.

Apesar de o estado de Mato Grosso do Sul possuir um percentual de somente 3,91% da área ocupada por agricultores familiares, mas o segmento contribui expressivamente para o desenvolvimento do estado. Esse pequeno percentual de área total se situa em 63,30% do número de estabelecimentos agrícolas do estado, o que é muito representativo em termos de população residente no meio rural.

Partindo dessa análise e focando no município em estudo, no ano de 2014, Dourados comportou cerca de 210.218 habitantes (IBGE, 2015a). Apesar do número de habitantes parecer elevado, Dourados é considerada uma cidade universitária, situação em que, então, uma parcela dessa população não é efetivamente ali radicada, pois residente no município somente por períodos determinados de tempo escolar no decorrer do ano. No entanto, de acordo com os dados da pesquisa, da população residente no município, 2.626 são agricultores familiares possuidores da DAP.

A Tabela 2 apresenta uma caracterização dos agricultores familiares de Dourados com base nos dados oficiais do MDA. Assim, dos 2.626 produtores que possuem DAP, 2.074 estão ativos e 552 desativados. Nesse caso, o número de agricultores com DAP ativa e desativada sofre alteração no decorrer dos dias.

Tabela 2. Modalidade e quantidade de agricultores familiares que possuem a DAP, pertencentes ao município de Dourados/MS, em março de 2015.

Modalidade de produtores familiares		**Quantidade de produtores com DAP**
Quilombolas		12
Agrovila (Assentamento realizado pela Prefeitura)		39
Indígena		150
Assentamentos	Lagoa Grande	151
	Amparo	67
Tradicional		2.207
Total		**2.626**

Fonte: Dados do MDA obtidos na entrevista com o coordenador da AGRAER, em 6 de julho de 2015.

Os agricultores familiares tradicionais (não pertencentes à reforma agrária) representam 84,04% do total de agricultores familiares com DAP, localizados no município de Dourados/MS. Destaca-se, então, uma participação expressiva desta modalidade de segmento no percentual de agricultores familiares no município.

Conhecer a realidade ─ políticas públicas, principais produtos advindos das propriedades ─ desse expressivo percentual dará subsídios para políticas de desenvolvimento local e de ações de incentivo para a produção e geração de renda nas propriedades rurais.

4.2 Dados do PRONAF para o Brasil, região Centro-Oeste, estado de Mato Grosso do Sul e município de Dourados

Sabe-se que as políticas públicas são criadas para fortalecer o produtor de base familiar e inserir sua produção no mercado, no entanto, é necessário fazer um acompanhamento para saber sua real aplicabilidade em cada localidade, pois as especificidades podem variar entre as regiões. Assim, destacam-se os dados do PRONAF para o Brasil, região Centro-Oeste, estado de Mato Grosso do Sul e município de Dourados.

Segundo o BACEN (2015b), o PRONAF é uma política pública destinada a agricultores familiares, cujo objetivo é proporcionar um aumento nos rendimentos mediante a modernização do sistema de produção através da destinação de recursos financeiros. Os créditos do PRONAF se dividem em dois tipos: custeio e investimento. O custeio financia as atividades agropecuárias e não agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização da produção própria ou de terceiros, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento.

Já o crédito de investimento financia atividades agropecuárias ou não agropecuárias para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos (BACEN, 2015b).

As políticas públicas são imprescindíveis, pois se verifica um expressivo percentual de produtores rurais que possuem dificuldades para desenvolver alternativas viáveis para continuação da atividade. Então entram as políticas públicas em campo e promovem ajuda de custo nas atividades e serviços rurais que possibilitam que os

agricultores desenvolvam suas atividades produtivas e permaneçam no campo (NAVARRO; CAMPOS, 2013).

Para alavancar a produção e aumentar a produtividade, é necessário fazer uso de algumas inovações tecnológicas, o que, em algumas situações, requer investimento financeiro. Assim, o recurso financeiro é um fator importante para proporcionar o investimento e impulsionar o crescimento econômico (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

Nunes et al. (2014) destacam que o PRONAF poderia ser um instrumento que proporcionasse um desenvolvimento regional menos desigual para os agricultores familiares e não apenas uma alternativa para superar as dificuldades enfrentadas por eles.

As Tabelas 3 e 4 mostram o montante contratado e de recursos disponibilizados pelo PRONAF no período de 2002 a 2012, para todo o Brasil e região Centro-Oeste.

Tabela 3. Evolução do número de contratos do PRONAF Custeio e Investimento para todo o Brasil e região Centro-Oeste no período de 2002 a 2012.

Período	Atividade/Finalidade							
	AGRÍCOLA				PECUÁRIA			
	Custeio	Perc.* (%)	Investimento	Perc.* (%)	Custeio	Perc.* (%)	Investimento	Perc.* (%)
BRASIL								
2002	637.264	-	30.425	-	73.600	-	88.144	-
2003	722.843	13	44.115	45	114.243	55	122.636	39
2004	785.733	9	77.057	75	131.783	15	351.140	186
2005	748.499	-5	199.797	159	159.399	21	1.100.503	213
2006	728.915	-3	300.981	51	170.556	7	1.351.045	23
2007	685.983	-6	264.265	-12	176.684	4	796.385	-41
2008	636.780	-7	220.545	-17	157.949	-11	535.475	-33
2009	652.902	3	246.005	12	183.060	16	622.980	16
2010	541.962	-17	228.210	-7	172.441	-6	642.873	3
2011	485.263	-10	218.158	-4	175.279	2	661.201	3
2012	469.472	-3	408.852	87	188.875	8	756.011	14
CENTRO-OESTE								
2002	8.268	-	792	-	8.279	-	14.481	-
2003	24.216	192	1.437	81	16.203	96	10.159	-30
2004	22.249	-8	398	-72	18.740	16	14.717	45
2005	16.195	-27	784	97	22.551	20	18.221	24
2006	12.166	-25	821	5	23.077	2	19.233	6
2007	11.925	-2	1.074	31	26.442	15	17.279	-10
2008	9.267	-22	972	-9	23.544	-11	15.303	-11
2009	7.881	-17	3.028	68	24.038	2	18.983	19
2010	6.695	-18	3.932	23	23.565	-2	19.030	0,2
2011	5.466	-22	3.213	-22	23.641	0,3	18.881	-1
2012	5.006	-9	2.659	-21	24.700	4	19.004	1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil (BACEN, 2015a).
*Percentual aproximado.

Ao analisar os dados apresentados na Tabela 3, nota-se que o custeio pecuária e o investimento agrícola são as duas modalidades mais contratadas pelos agricultores familiares. De modo geral, o número de contratos do custeio agrícola teve uma queda no período em análise, porém, o investimento agrícola não sofreu tanta queda como o de custeio. Na análise pertencente à modalidade pecuária, teve valores positivos nos períodos avaliados, no entanto, dentre o período, teve uma leve queda em determinados anos.

Apesar de ter havido uma queda no volume de contratos do PRONAF, os dados apresentados na Tabela 4 evidenciam um constante aumento no montante de recursos disponibilizados para cada modalidade. Isso mostra certa concentração, ou seja, mais recursos para menos agricultores.

Tabela 4. Evolução do montante de recursos disponibilizados pelo PRONAF Custeio e Investimento para todo o Brasil e região Centro-Oeste, no período de 2002 a 2012, em reais.

Período	Atividade/Finalidade							
	AGRÍCOLA				PECUÁRIA			
	Custeio	Perc* (%)	Investimento	Perc* (%)	Custeio	Perc* (%)	Investimento	Perc* (%)
BRASIL								
2002	1.485.430.251,49	-	233.831.937,38	-	188.843.774,91	-	506.763.555,02	-
2003	1.865.689.541,15	26	387.221.493,39	66	293.863.784,51	56	611.625.217,59	21
2004	2.524.836.502,20	35	504.341.162,28	30	422.112.878,79	44	937.499.998,31	53
2005	2.790.909.179,27	11	732.103.793,45	45	540.310.351,56	28	1.722.422.486,66	84
2006	2.997.630.651,56	7	1.158.963.975,39	58	616.580.551,99	14	2.392.855.398,39	39
2007	3.246.390.026,91	8	1.285.936.796,61	11	757.767.034,33	23	1.832.848.009,49	-23
2008	3.995.745.060,99	23	1.913.512.661,31	49	921.014.119,56	22	1.834.457.208,94	0,1
2009	4.249.372.707,86	6	2.729.451.774,27	43	1.208.304.378,94	31	3.031.718.237,42	65
2010	4.288.163.071,29	1	2.760.134.371,77	1	1.427.440.147,75	18	3.512.899.799,64	16
2011	4.691.113.707,69	9	3.045.164.163,08	10	1.674.312.218,27	17	3.894.106.710,40	11
2012	5.349.317.025,48	14	4.017.370.532,46	32	2.092.068.651,53	25	4.900.221.943,65	26
CENTRO-OESTE								
2002	24.259.185,21	-	10.390.047,25	--	36.237.130,12	-	145.113.505,60	-
2003	71.059.383,67	193	21.455.980,45	107	66.672.141,65	84	115.707.994,40	-20
2004	105.202.502,80	48	5.627.633,61	-74	97.748.237,93	47	149.155.794,00	29
2005	91.413.165,77	-15	6.594.075,32	17	121.048.618,50	24	199.092.130,80	33
2006	79.598.140,36	-13	8.098.874,95	23	132.171.056,10	9	208.357.139,10	5
2007	82.175.478,24	3	12.045.721,13	49	161.349.177,70	22	180.889.585,40	-13
2008	83.455.926,17	1	19.416.050,47	61	183.352.901,40	14	193.407.157,80	7
2009	84.435.376,68	1	67.064.451,18	71	239.350.044,70	23	372.816.597,80	48
2010	83.763.060,86	-1	48.235.300,99	-39	267.349.699,10	10	444.301.310,60	16
2011	88.778.449,01	6	51.419.907,13	6	309.665.594,70	14	480.798.544,00	7
2012	107.339.823,50	17	54.910.245,42	6	363.032.459,60	15	520.952.117,90	8

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil (BACEN, 2015a).
*Percentual aproximado.

Independentemente do montante de contratos realizados, percebe-se que o valor financiado é bastante expressivo, contribuindo para o desenvolvimento das propriedades rurais e para o fortalecimento do homem no campo. A região Centro-Oeste captou um percentual considerável de recursos do PRONAF e, no período analisado para a região, teve uma evolução em quase todos dos anos (Tabela 4).

Continuando com a análise da Tabela 4, fica evidente o significativo crescimento no montante dos recursos financeiros entregues aos agricultores familiares no período de 2002 a 2012. Sendo que o investimento agrícola e o custeio pecuário foram às modalidades de crédito de maior participação. Para o Brasil, o investimento agrícola apresentou um aumento de 1.618% e o custeio pecuário de 1.008%, no período em análise. Já o custeio agrícola, teve um aumento de 260% e o investimento pecuário de 867%.

A região Centro-Oeste também possui uma representatividade no montante de recursos do PRONAF captados pelos agricultores familiares, mas com percentuais menos representativos em relação à média nacional. Considerando o período de 2002 a 2012, o custeio pecuário aumentou 902%, o custeio agrícola 342%, o investimento agrícola 428% e o investimento pecuário 259%.

Leite e Junior-Wesz (2014) destacam um aumento no percentual de financiamento da região Centro-Oeste, que em 1970 respondia a menos de 10% e chegou a 26,2% em 2006. Apontam que a região praticamente se iguala aos valores do Sul e do Sudeste (próximo aos 30%) no último Censo Agropecuário. A explicação para esse crescimento é alimentada pela própria dinâmica produtiva regional, que, nas últimas quatro décadas, passou por alterações profundas, marcadas principalmente pela incorporação de novas áreas para a atividade agropecuária, modernização dos processos produtivos, expansão da produtividade, maior inserção no mercado internacional, dentre outros fatores.

Os dados referentes ao custeio e investimentos viabilizados pelo PRONAF para o estado de MS estão representados nas Tabelas 5 e 6.

A Tabela 5 mostra que o custeio para a pecuária e o investimento agrícola são as duas modalidades de créditos que mais são utilizadas, em comparação ao custeio agrícola e o investimento pecuário, tendo como base ao número de contratos. Nota-se que, no ano de 2012, o custeio agrícola teve aumento de 9% em relação ao ano anterior, e o custeio pecuário também teve incremento considerável no período, ou seja, 17%. Já

o investimento agrícola e o investimento na pecuária tiveram expressiva queda no período em análise, de 35% e 23%, respectivamente. Essa queda pode representar uma mudança nas atividades das propriedades rurais a partir desse período.

Tabela 5. Evolução do número de contratos do PRONAF Custeio e Investimento no estado de Mato Grosso do Sul, para o período de 2002 a 2012.

Período	Atividade/Finalidade							
	AGRÍCOLA				PECUÁRIA			
	Custeio	Perc.* (%)	Investimento	Perc.* (%)	Custeio	Perc.* (%)	Investimento	Perc.* (%)
2002	1.918	-	154	-	870	-	1.149	-
2003	4.764	148	1.144	643	1.656	90	2.696	135
2004	4.570	-4	130	-659	1.417	-14	3.772	-100
2005	2.801	-39	289	122	1.127	-20	2.160	-43
2006	1.808	-35	265	-8	971	-14	2.416	12
2007	1.816	0,4	267	1	1.080	11	2.592	7
2008	1.811	-0,3	220	-18	1.136	5	1.911	-26
2009	1.725	-5	699	218	1.429	26	2.984	56
2010	1.728	0	1.518	117	1.591	11	4.311	44
2011	1.793	3	1.340	-2	1.980	24	4.736	10
2012	1.960	9	876	-35	2.324	17	3.624	-23

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil (BACEN, 2015a).
*Percentual aproximado.

Segundo dados do MDA (2012d), a safra de 2012/2013 teve o maior investimento do crédito do PRONAF já anunciado nos últimos anos, compreendendo em torno de R$ 18 bilhões em operações de crédito rural. Desde a safra 2002/2003, cujo crédito foi de R$ 3,9 bilhões, o PRONAF evoluiu mais de 400%.

Na Tabela 6 são apresentados os dados referentes aos recursos financiados pelo PRONAF Custeio e Investimento no estado de Mato Grosso do Sul, para o período de 2008 a 2012, na qual evidencia que as variações no número de contratos se refletiram no montante financiado.

Tabela 6. Evolução do montante do total financiado pelo PRONAF Custeio e Investimento no estado de Mato Grosso do Sul, para o período de 2002 a 2012, em reais.

Período	Atividade/Finalidade							
	AGRÍCOLA				PECUÁRIA			
	Custeio	Perc.* (%)	Investimento	Perc.* (%)	Custeio	Perc.* (%)	Investimento	Perc.* (%)
2002	4.932.208,52	-	1.676.894,49	-	3.408.530,48	-	10.545.990,87	-
2003	16.316.376,36	231	17.798.218,07	961	5.572.023,66	63	25.525.315,67	142
2004	25.906.328,97	59	1.617.690,61	-91	6.300.281,77	13	31.674.157,91	24
2005	18.379.496,53	-29	1.902.949,91	18	5.681.046,20	-10	16.628.295,06	-48
2006	13.843.156,38	-25	1.815.550,81	-5	5.172.758,19	-9	13.204.957,27	-21
2007	14.843.063,48	7	1.947.367,32	7	6.088.044,51	18	22.493.574,55	70
2008	21.676.881,67	46	3.565.015,99	83	7.762.953,22	28	21.604.157,71	-4
2009	23.199.852,91	7	9.673.420,68	171	10.667.584,42	37	38.679.413,43	79
2010	23.881.659,09	3	14.966.114,79	55	13.203.310,40	24	53.819.266,95	39
2011	30.179.615,26	26	14.213.466,33	-5	18.374.295,31	39	68.481.828,95	27
2012	39.968.548,09	32	11.299.294,48	-20	22.602.388,80	23	53.983.105,82	-21

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil (BACEN, 2015a).
*Percentual aproximado.

Conforme consta na Tabela 6, nota-se que o montante disponibilizado para as modalidades do PRONAF, no decorrer dos anos, tende a aumentar expressivamente na modalidade agrícola, onde custeio agrícola e o investimento agrícola possui maior percentagem nos anos analisados. Assim, o resultado encontrado no estado de Mato Grosso do Sul acaba diferindo do Brasil e da região Centro-Oeste.

De acordo com a análise da Tabela 6, no período de 2002 até 2012, o custeio agrícola apresentou um aumento de 710% e o custeio pecuário de 563%. Já o investimento agrícola se elevou em 574% e o investimento pecuário em 412%. No entanto, a modalidade de custeio é mais representativa do que a modalidade de investimento.

O fato de o percentual do crédito de custeio ser maior que o do investimento, não é uma realidade apenas de Mato Grosso do Sul. Leite e Junior-Wesz (2014) apontam que o crédito de custeio, em especial aquele voltado para o setor agrícola, é o predominante na oferta monetária geral do Brasil após o ano de 1970.

Na região Centro-Oeste, o número de estabelecimentos com empréstimo é reduzido em comparação às demais regiões, porém concentra grande volume de recursos, o que indica uma concentração no financiamento, onde o valor médio dos contratos é sete vezes superior à média nacional (LEITE; JUNIOR-WESZ, 2014).

As Tabelas 7 e 8 apresentam os dados referentes aos recursos financiados pelo PRONAF Custeio e Investimento no município de Dourados, para o período de 2010 a 2015.

Tabela 7. Evolução do número de contratos do PRONAF Custeio e Investimento no município de Dourados-MS, para o período de 2010 a 2015**.

Período	Atividade/Finalidade							
	AGRÍCOLA				PECUÁRIA			
	Custeio	Perc.* (%)	Investimento	Perc.* (%)	Custeio	Perc.* (%)	Investimento	Perc.* (%)
2010	57	-	3	-	2	-	7	-
2011	123	54	11	73	1	-	6	-17
2012	114	-8	2	-450	1	-	1	-500
2013	124	8	4	50	0	-	1	-
2014	34	-265	2	-100	1	-	3	67
2015	51	33	12	83	0	-	2	-50

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Central do Brasil (BACEN, 2015a).
*Percentual aproximado.
**Dados atualizados até o dia 06 de julho de 2015.

Percebe-se que é para a Atividade Agrícola que mais se fazem projetos para o Crédito do PRONAF (Tabela 7). Assim, constata-se uma variação considerável entre os períodos analisados, porém as variações não são drásticas, o que proporciona um fator positivo no meio rural.

Dos 594 contratos realizados no município de Dourados/MS, no período de 2010 até 2015, 585 foram realizados por agricultores familiares tradicionais, 5 por agricultores familiares pertencentes à reforma agrária e 4 por agricultores familiares da comunidade quilombola. O fato de os agricultores familiares tradicionais captarem mais recursos do PRONAF em relação aos demais segmentos, pode ser explicado pelo fato de esta modalidade de agricultura familiar ser mais representativa (84,04%) na região.

Na Tabela 8 são apresentados os dados referentes aos recursos financiados pelo PRONAF Custeio e Investimento em Dourados, para o período de 2010 a 2015, na qual demonstra que as variações no número de contratos se refletiram no montante financiado.

Tabela 8. Evolução do montante do total financiado pelo PRONAF Custeio e Investimento no município de Dourados-MS, para o período de 2010 a 2015**, em reais.

Período	Atividade/Finalidade							
	AGRÍCOLA				PECUÁRIA			
	Custeio	Perc.* (%)	Investimento	Perc.* (%)	Custeio	Perc.* (%)	Investimento	Perc.* (%)
2010	618.057,55	-	124.323,33	-	34.251,30	-	280.942,23	-
2011	1.763.589,66	185	178.779,51	44	19.669,53	-43	232.726,28	-17
2012	2.001.752,84	14	33.886,71	-81	20.136,75	2	15.629,00	-93
2013	2.420.667,85	21	58.811,76	74	0,00	0	48.369,87	209
2014	775.856,82	68	86.637,43	47	9.694,67	-	30.000,00	-38
2015	960.011,08	24	665.336,36	668	0,00	0	70.100,00	134

Fonte: Dados do MDA obtidos através da entrevista com o coordenador da AGRAER, em 06 de julho de 2015.
*Percentual aproximado.
**Dados atualizados até o dia 6 de julho de 2015.

É visível que as formas de financiamento ─ custeio agrícola e investimento agrícola ─ são bastante acionados pelos agricultores familiares tradicionais de Dourados, o que possibilita a expansão da produção e do segmento na região no que tange à produção agrícola. Com relação ao período analisado, o ano de 2014 teve uma queda no setor da pecuária em relação a 2013, porém o primeiro semestre de 2015 encerrou com valores positivos, exceto no custeio pecuário, que até o momento da pesquisa não teve contratos para essa modalidade.

Com base no Censo Agropecuário de 2006, comparando com os dados de 1995/1996, a realidade produtiva do estado de Mato Grosso do Sul passou a estar baseada na agricultura, sendo que antes a base era a pecuária. Assim, os dados revelam que houve uma queda no valor da produção de animais de 48,66% e, em contrapartida, a lavoura temporária quase quadruplicou o valor de sua produção (ALMEIDA; KUDLAVICZ, 2011). O que explica o montante de recursos disponibilizados para a agricultura ser superior ao da pecuária.

4.3 Caracterização sociodemográfica e econômica dos agricultores familiares tradicionais do município de Dourados/MS

Neste tópico são apresentados os dados socioeconômicos da amostra de agricultores familiares tradicionais de Dourados, a descrição de suas propriedades e das residências, aspectos relacionados à produção e à comercialização dos produtos, as principais fontes de renda**,** comercialização da produção e entraves para a

comercialização dos produtos, bem como a renda dos produtores que possuem financiamento do PRONAF.

4.3.1 Análise demográfica dos agricultores familiares tradicionais de Dourados

Ao analisar a composição de pessoas residentes nas propriedades, tem-se uma média de 3 (três) pessoas por propriedade rural, sendo o mínimo de 1 (um) morador e o máximo de 7 (sete) moradores (Tabela 9).

Tabela 9. Grau de escolaridade do titular da DAP. Produtores familiares tradicionais, de Dourados-MS.

Grau de escolaridade	Frequência	Percentual (%)	Porcentagem acumulada
Sem resposta	5	2,75	-
Analfabeto	6	3,3	6,05
Ensino fundamental incompleto	65	35,71	41,76
Ensino fundamental completo	32	17,58	59,34
Ensino médio incompleto	21	11,54	70,88
Ensino médio completo	36	19,78	90,66
Superior incompleto	4	2,2	92,86
Superior completo	13	7,14	100,00
Total	**182**	**100**	

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os agricultores entrevistados, 53,71% possuem o ensino fundamental completo e incompleto, o que representa um percentual de pessoas com baixa escolaridade formal no meio rural. Um dado interessante é que o meio rural também está absorvendo uma população com nível superior, pode-se constatar que 9,14% dos entrevistados possuem esse nível de escolaridade, seja completo ou incompleto. Esse número de produtores com nível superior no meio rural é importante e representa ganhos financeiros para o agricultor, pois através do conhecimento poderá encontrar alternativas para aumentar a produção e produzir com mais qualidade, além de obter estratégias para vender melhor seus produtos.

Dentre os mecanismos ou meios para acessar informações do meio externo, constatou-se que o rádio, a televisão e o telefone celular são os mais utilizados (Tabela 10).

Tabela 10. Mecanismos de acesso à informação dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS.

Mecanismo de acesso à informação*	Percentual (%)
Rádio	90,66
TV	95,60
Jornal/Revista	4,95
Internet em casa	26,92
Internet na comunidade	3,30
Internet na escola	7,14
Telefone fixo	12,64
Celular	94,51

Fonte: Dados da pesquisa.
*O entrevistado pode assinalar mais de 1 (uma) alternativa.

Dentre os dados apresentados na Tabela 10, 27% das residências apontaram o uso da internet como um meio de acesso à informação. Dos entrevistados, 95,6% destacaram a televisão, 94,51% destacaram o celular e 90,66% destacam o rádio como um meio para se manterem informados.

Com relação ao meio de locomoção dos produtores, mais de 80% dos entrevistados possuem carro (Tabela 11).

Tabela 11. Meio de transporte dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS.

Meio de transporte da família*	Percentual (%)
Carro	80,77
Ônibus	24,73
Moto	10,99
Bicicleta	3,3

Fonte: Dados da pesquisa.
*O entrevistado pode assinalar mais de 1 (uma) alternativa.

O meio de transporte é usado para locomoção do produtor e também para transportar parte de sua produção. Diante dos dados da pesquisa, 80,77% dos entrevistados possuem carro como meio de locomoção. Sendo que, esse meio de transporte é usado tanto para locomoção do produtor bem como para transportar parte de sua produção.

Souza et al. (2011) destacam que a logística da produção dos agricultores familiares é um dos grandes gargalos existentes para o segmento. Entre os desafios enfrentados por quem produz consta a falta de infraestrutura de transportes e estradas precárias. Colaborando com a ideia, Pierri e Valente (2010) apontam que o escoamento da produção constitui um desafio para atingir o desenvolvimento.

4.3.2 Descrição das propriedades e residências rurais

As propriedades rurais variam de 1 hectare a 100 hectares. O tamanho médio das propriedades pesquisadas é de 14,76 hectares (Tabela 12).

Tabela 12. Tamanho das propriedades rurais dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS.

Tamanho da propriedade (ha)	Frequência	Percentual (%)	Porcentagem Acumulada
De 1 até 10	95	52,20	-
Mais de 10 até 20	40	21,98	74,18
Mais de 20 até 30	27	14,83	89,01
Mais de 30 até 40	11	6,04	95,05
Mais de 40 até 50	5	2,75	97,80
Mais de 50 até 60	2	1,10	98,90
Mais de 60 até 70	-	0,00	98,90
Mais de 70 até 80	1	0,55	99,45
Mais de 80 até 90	-	0,00	99,45
Mais de 90 até 100	1	0,55	100,00
Total	**182**	**100**	

Fonte: Dados da pesquisa.

O maior percentual (52,20%) corresponde a propriedades com até 10 hectares, o que representa uma concentração de pessoas com pouco espaço (ha) para produzir. Quando analisadas as propriedades que variam de mais 10 até 60 hectares, apenas 46,70% da amostra se enquadram nessa faixa e 1,1% possuem mais de 60 até 100 hectares (Tabela 12).

De acordo com dados da Sangalli (2013), a média de hectares dos agricultores familiares do assentamento Lagoa Grande, localizado no município de Dourados-MS, é de 25,9 ha e, com base nos dados do INCRA (2015) a média de hectares dos agricultores pertencentes ao assentamento Amparo, também no município de Dourados-MS, é de 16,82ha. Diante desses dados, diferentes autores destacam que um fator limitador para a produção da agricultura familiar é a pequena área de terra (SOUZA et al., 2011; DE PAULA et al., 2014).

Neste sentido, produzir em pequenas áreas de terras requer, por parte do produtor, a utilização de algumas estratégias, como diversificar sua produção, em diferentes ciclos de colheitas, possibilitando rendimentos em vários períodos do ano. Outra alternativa seria agregar valor a produção (fabricação de doces, salgados, certificar um produto, dentre outros itens). Esse processo, segundo Muriithi (2013) é

indispensável na agricultura familiar para a sustentabilidade das famílias rurais e o desenvolvimento econômico dos países.

Quando questionados sobre o tipo de moradia que possuem, foi indicada a seguinte alternativa como resposta: alvenaria, madeira, mista e de taipa (Gráfico 1).

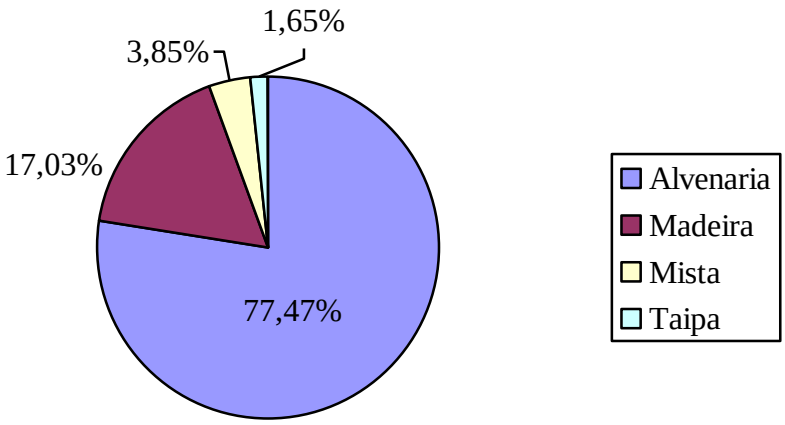


Gráfico 1. Tipo de moradia dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS.
Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os respondentes 77,47% indicaram que moram em casas de alvenaria, 17,03% em casas de madeira, 3,85% moram em casas mistas (junção de madeira com alvenaria) e 1,65% moram em casas de taipa (Gráfico 1).

Dos agricultores entrevistados, 7,14% não moram na propriedade. Alguns residem na área urbana (Cidade de Dourados, Vila Formosa, Vila São Pedro, Picadinha, Distrito de Panambi). A justificativa é que muitos dos produtores também trabalham na cidade, e decidiram morar perto de seu emprego.

Com relação ao acesso à propriedade, 67% dos respondentes destacam que a estrada está em boas condições de tráfego (Gráfico 2).

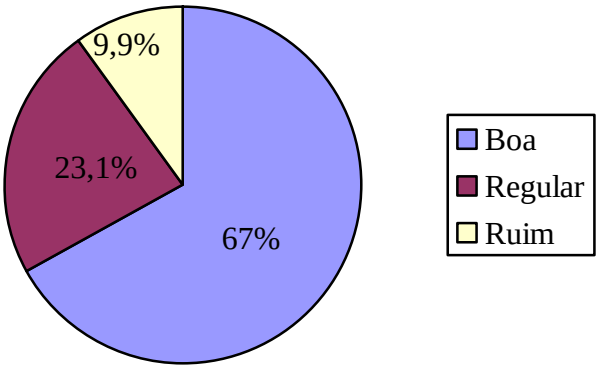


Gráfico 2. Condição de acesso às propriedades dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS.
Fonte: Dados da pesquisa.

Embora trabalhos destaquem a precariedade das estradas rurais (BUAINAIN; GARCIA, 2013; VILPOUX, 2014), constatou-se que a maioria dos entrevistados (67%) declararam que as estradas estavam em boas condições de tráfego até suas propriedades. Neste caso, como toda produção de Dourados/MS é escoada pelas rodovias, ter essa via de transporte em boas condições é indispensável para os produtores rurais, que, na maioria das vezes, moram longe dos centros de distribuição e precisam percorrer quilômetros para entregar seus produtos até o comprador. Destaca-se que as entrevistas foram realizadas num período anterior as fortes chuvas que ocorreram no final do ano de 2015 e início de 2016 e que provocaram muitos estragos nas estradas rurais de Mato Grosso do Sul, especificamente na região de Dourados.

Todas as propriedades estão conectadas à rede de energia elétrica, sendo que 56,60% dos pesquisados possuem transformador trifásico, 27,47% monofásico e 15,93% bifásico.

No que diz respeito à água para consumo, 95,1% dos entrevistados utilizam água canalizada. Já quanto à forma de abastecimento dessa água, 66,48% informaram ser com água de poço, 30,22% com rede de distribuição, 1,1% possuem dois recursos ─ sendo rede de distribuição e poço, 1,65% poço e cisterna e, para 0,55%, o abastecimento é através de nascente e cisterna. A forma de tratamento da água para o consumo aponta que 63,73% dos entrevistados não tratam a água, 33,52% tratam com cloro, 2,2% filtram e 0,55% fervem a água.

Com relação à coleta seletiva do lixo orgânico e inorgânico das propriedades, 91,2% dos entrevistados afirmaram que não possuem coleta seletiva domiciliar. Mesmo assim, no entanto, 13,30% dos produtores entrevistados fazem a seleção do lixo no seu domicílio.

Como a coleta seletiva é quase inexistente, os produtores utilizam alguns mecanismos para descartar esses resíduos. Nesse caso, 42,30% dos respondentes enterram/queimam o lixo orgânico, 24,17% utilizam como adubos, 10,99% fazem a coleta, 9,34% utilizam como adubo e alimentos para animais, 5,5% apenas alimentam seus animais e os demais indicam descarte em terreno baldio, jogado em caçamba, alimentação de animais e enterrado/queimado, coleta periódica e adubação, adubação/alimentação animal/terreno baldio e adubação/enterrado/queimado. No que diz respeito ao lixo inorgânico, 73,07% dos entrevistados apontaram que enterram ou queimam.

O descarte irregular dos resíduos acarreta inúmeros fatores negativos, sendo prejudicial para o solo, lençóis freáticos, causador de doenças na população, além de proporcionar um impacto social negativo para as pessoas que residem ou visitam o local e avistam uma aglomeração de lixos espalhados pelas ruas, lixões a céu aberto, dentre outros fatores constrangedores (DAMASIO; SAMPAIO, 2014).

Diante disso, um dos danos mais questionados pelo descarte incorreto dos resíduos é a degradação do solo. Uma vez que, através da queima, tem-se uma diminuição de nutrientes no solo, o que pode provocar doenças nos seres humanos e animais (LIMA et al., 2006).

Como o intuito de aumentar a produção e melhorar a qualidade dos produtos, é necessário que o solo tenha um bom cuidado e nutrientes indispensáveis para a produção. Assim, o manejo do solo se constitui de práticas simples e indispensáveis para ter um bom desenvolvimento das culturas e compreende um conjunto de técnicas que, utilizadas racionalmente, proporcionam alta produtividade e, se mal utilizadas, podem levar à destruição dos solos no curto prazo (RICHETTI et al., 2013).

Pensando na exploração do solo, Andrade e Chaves (2012) destacam que esse recurso natural é o que sustenta e desenvolve o sistema de produção agropecuária e também o ecossistema natural. Assim, a Tabela 13 apresenta as principais formas de preparo do solo utilizadas para o plantio pelos produtores pesquisados.

Tabela 13. Forma de plantio utilizada pelos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS.

Manejo do solo	Frequência	Percentual (%)	Porcentagem acumulada
Plantio direto	103	56,59	-
Mecânico	69	37,91	94,50
Plantio direto mecanizado	8	4,40	98,90
Não utiliza nenhuma prática	2	1,10	100
Total	**182**	**100**	

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que o plantio direto é mais utilizado pelos entrevistados, com 56,59%, seguido pelo plantio após preparação mecanizada do solo, com 37,91%. O uso do mecanismo de plantio direto pelos produtores se faz presente pela preocupação em conservar os recursos naturais e também pela demanda dos consumidores, que buscam cada vez mais alimentos saudáveis e que degradam menos o meio ambiente.

Comparando o plantio direto com o plantio mecânico, Guareschi et al. (2012) destacam que o plantio direto é um mecanismo que permite o acúmulo de resíduos vegetais das culturas antecedentes na superfície do solo, ocasionando o contínuo aporte de matéria orgânica na camada superficial e melhorias nos seus atributos físicos e químicos. Além de armazenar mais nutrientes no solo, o sistema contribui para que o mesmo solo não seja levado pelas erosões. Já as operações mecânicas ocasionam a diminuição da cobertura do solo (BORTOLUZZI; ELTZ, 2000).

Por conta do aumento populacional e sua demanda por alimentos, concomitantemente às exigências do mercado que demanda produção em larga escala, houve um aumento no uso de agrotóxicos nas lavouras. Vários são os efeitos negativos que esse insumo pode ocasionar, sendo destacado por Severino e Silva (2012) a biodegradação por microrganismos, pois pode alterar a persistência deles no ambiente.

Neste sentido, Spadotto et al., (2006) apontam que o uso frequente e incorreto dos agrotóxicos pode causar a contaminação dos solos, das águas superficiais e subterrâneas, dos alimentos que está recebendo esse insumo. Ainda, pode apresentar efeitos negativos em organismos terrestres e aquáticos, além de intoxicação humana pelo consumo de água e alimentos contaminados, bem como a intoxicação de trabalhadores e produtores rurais. Além dos perigos aos seres humanos, a introdução de agrotóxicos no ambiente pode provocar efeitos indesejáveis, como a alteração da dinâmica bioquímica natural pela pressão de seleção exercida sobre os organismos, tendo como consequência alteração no funcionamento do ecossistema afetado.

Nessa ótica, autores apontam que a produção que utiliza técnicas de manejo orgânico tem maior chance de obter produções mais saudáveis para as pessoas e que favorecem o meio ambiente (SUH, 2014). Ressalta-se que a agricultura orgânica visa promover a preservação do meio ambiente, respeitando a biodiversidade e as atividades biológicas do solo. É uma atividade que prioriza o uso de práticas de manejo em oposição ao uso de agrotóxicos, evita a contaminação e a degradação ambiental e incorpora as populações rurais no processo de desenvolvimento, representando a mudança de uma agricultura de insumos para uma agricultura de manejo (NASCIMENTO et al., 2011).

Na agricultura europeia, bem como no contexto mundial, nota-se que a agricultura convencional ainda é bastante representativa nas regiões rurais, mesmo que o sistema de produção orgânica tenha sido cada vez mais adotado nos últimos tempos. O que ocorre, nesse caso, é que, para desenvolver e fortalecer a agricultura orgânica é necessário haver a pressão da demanda dos consumidores, bem como uma política de *marketing* dos agricultores (KARNOPP, 2012).

Quando os agricultores foram questionados se trabalham com sistema agroecológico, 90,1% afirmaram que não. Com relação ao uso de fertilizantes orgânicos, 68,7% dos entrevistados não utilizam. Agora, quando perguntados se fazem uso de agrotóxicos, 86,8% utilizam esse insumo agrícola.

É notória a crescente demanda por alimentos que não sejam prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente, e para os produtores comercializarem sua produção é necessário atender a essa demanda. Muitas vezes, parte desses produtores trabalha com manejo agroecológico, porém, com a falta de conhecimento, acabam não percebendo isso. Sabe-se também que o manejo agroecológico necessita do produtor um cuidado maior com as culturas e, diante da realidade de algumas propriedades rurais, o uso do manejo convencional é o que predomina.

Além do manejo agroecológico, para preservar o meio ambiente e gerar renda, a existência de árvores nas propriedades também é um importante recurso para o solo e para os produtores, recurso esse otimizado na medida do uso múltiplo das espécies. Apontando a existência de árvores nas propriedades, os principais usos são: obtenção de frutas, sementes, sombras (para o homem e animais), uso medicinal, alimentação para animais, entre outras funções para o desenvolvimento das propriedades (SILVA et al.,

2014). Diante dessa indagação, mais da metade (59,9%) dos pesquisados disseram que possuem árvores em sua propriedade.

Quando questionados sobre a utilidade dessas árvores, as alternativas selecionadas com maior percentual foram: sombra e frutos (Tabela 14).

Tabela 14. Utilidade das árvores nas propriedades dos produtores familiares de Dourados-MS.

Utilidade das árvores*	Frequência	Percentual (%)
Sombra	103	56,59
Frutas	81	44,51
Lenha	15	8,24
Estaca	6	3,3
Lavoura	6	3,3
Alimentação animal	2	1,1
Semente	1	1,1
Artesanato	1	0,55

Fonte: Dados da pesquisa.
*O entrevistado pode assinalar mais de 1 (uma) alternativa.

Dos respondentes, 56,59% apontaram a sombra como uma das principais utilidades das árvores, 44,51% destacam os frutos, 8,24% apontaram que utilizam a lenha, sendo que esses que utilizam como lenha, 1,6% as comercializa (Tabela 14).

Destaca-se também que as árvores apresentam grande função para reduzir a erosão e aumentar a presença de água no solo, além de ser uma fonte de renda para os produtores, pois utilizam a madeira para comercialização. Além do potencial madeireiro, as árvores possuem outras fontes de usos, como frutas e propriedades medicinais, além de fornecer serviços ambientais relevantes, como a restauração da produtividade do local, o controle populacional de pragas, a manutenção do ciclo hidrológico e o sequestro de carbono atmosférico (AGUIAR et al., 2012).

No trabalho realizado por Alves et al. (2015), as espécies vegetais localizadas na Fazenda Experimental da Faculdade de Ciências Agrárias/UFGD (FAECA), em Dourados/MS, são classificadas em diversas categorias de uso, sendo: alimentar, cabos de ferramentas, construção, lenha, móveis, medicinal, restauração e ornamental. Mesmo assim, no entanto, a categoria de uso mais utilizada foi a medicinal, contando com 44 espécies, sendo 15 utilizadas somente para este uso.

Silva et al. (2014) destacam que o Sistema Agroflorestal é um modo de agricultura, um modo no qual existe uma interação do homem com a natureza a partir da observação como ela funciona e na convivência do dia a dia para a produção de

alimentos necessários à sobrevivência. Esse sistema pode fornecer vários bens e serviços a outras atividades produtivas da propriedade, como: cercas-vivas para delimitação de propriedades, sombra para culturas e animais, produção de adubos verdes, lenha, madeira, forragem, produtos medicinais, alimentos, entre outros. O sistema também pode ser implantado de uma forma integrada de árvores, arbustos, culturas agrícolas e/ou animais.

Um dado bastante interessante é destacado pelo Censo Agropecuário de 2006 para o estado de Mato Grosso do Sul, onde as áreas ocupadas por matas e florestas naturais não sofreram redução no período censitário, sendo este um fator positivo para a biodiversidade (ALMEIDA; KUDLAVICZ, 2011).

Com o intuito de proteger o meio ambiente, foi implantada a legislação ambiental e esta vem sendo aperfeiçoada ao longo do tempo. São leis que protegem ambientes frágeis ou especiais. Trata-se de ambientes que, pelas suas características e sua importância ecológica, precisam ser protegidos objetivando garantir o direito de todos ao ambiente saudável e equilibrado (JACOVINE et al., 2008).

Entretanto, no sentido de promover a preservação das florestas e demais formas de vegetação no território brasileiro, o Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012) instituiu as Áreas de Preservação Permanente (APPs), sendo que a vegetação nativa deve ser mantida em sua integridade, vedando qualquer exploração econômica. Assim, as APPs distinguem-se das áreas de "Reserva Legal", também definidas no mesmo Código, porém as áreas de Reserva Legal podem ser exploradas a partir de um planejamento de exploração sustentável (JACOVINE et al., 2008, BRASIL, 2012c).

Assim, quando questionados se nas propriedades possuem reserva legal e reserva permanente (APP), 53,85% apontaram que não possuem reserva legal, 23,62% disseram que possuem, porém ela não está averbada e 23,62% disseram que possuem e está averbada. Questionados sobre a existência de APP em suas propriedades, 73,08% afirmaram que não possuem. Dos 26,92% que disseram que possuem reserva permanente, 23,62% está preservada e 3,30% não está preservada.

É visível que mais da metade dos entrevistados não possuem reserva legal nem APP, no entanto, das propriedades que possuem reserva legal e permanente, o número de propriedades que não averbaram a reserva é bastante expressivo, o que deixa questionar sobre qual seria a atual situação real dessas reservas. Diante do questionamento, Castagnara et al. (2007) realizaram um estudo na Microbacia da Sanga

Mineira do município de Mercedes/PR e destacou-se que a área estudada possui 21,44% da sua área coberta por reserva legal, o que atende aos 20% exigidos por lei e a área possui um excedente de 1,44% ou 31,0826 ha. Ocorre, no entanto, que essa distribuição não é uniforme, pois, enquanto em algumas propriedades existem grandes áreas de reserva legal para ceder, outras já necessitam da restauração de toda a área proposta.

De acordo com Cardoso (2009), a legislação tem-se se tornado flexível ao longo dos tempos. Assim, a Resolução nº 369, de 28 de março de 2006, no artigo 2º, prevê que o órgão ambiental competente poderá autorizar o manejo agroflorestal, ambientalmente sustentável, praticado na propriedade rural familiar, que não descaracterize a cobertura vegetal nativa, não impeça a recuperação e não prejudique a função ecológica da área. Assim, a exigência legal estimula a experimentação com sistemas agroflorestais e suas práticas, possibilitando aos agricultores que aprofundem conhecimentos relacionados aos sistemas agroflorestais, isso mediante o aval da legislação, então viabilizando um ganho econômico maior.

4.3.3 Comercialização e entraves da produção e fonte de renda dos agricultores

De acordo com Almeida e Kudlavicz (2011), terra é sinônimo de vida e trabalho e, sem dúvida, os agricultores familiares vêm trabalhando continuamente para conquistarem vida digna no meio rural. A partir das espécies vegetais cultivadas, os agricultores familiares buscam diferentes estratégias, como a diversificação, para a melhoria da geração de renda.

Além de diversificar a produção, para auferir maior rendimento, os agricultores familiares tradicionais desenvolvem atividades fora da propriedade. Com base nas atividades desenvolvidas dentro das propriedades rurais, a Tabela 15 apresenta os principais produtos e culturas praticados pelos agricultores pesquisadas.

Tabela 15. Principais produtos e culturas desenvolvidas nas propriedades dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS.

Principais produtos e culturas*	Frequência	Percentual (%)
Milho	126	69,23
Soja	113	62,09
Mandioca	35	19,23
Horta	30	16,48
Leite	27	14,84
Arroz	9	4,95
Olerícolas	7	3,85
Hortifruti	7	3,85
Frutas	4	2,2
Cana-de-açúcar	2	1,1
Não possui culturas agrícolas	2	1,1
Eucalipto	3	1,65
Turismo rural	1	0,55
Feijão	1	0,55
Sorgo	1	0,55

Fonte: Dados da pesquisa.
*O entrevistado pode assinalar mais de 1 (uma) alternativa.

Analisa-se que, apesar de os agricultores familiares cultivarem uma variedade de produtos, o milho e a soja destacam-se como os cultivos mais importantes. Assim, 69,23% dos pesquisados apontaram cultivar milho em sua propriedade, 62,09% cultivam soja, 19,23% ─ mandioca, 16,48% ─ horta, 14,84% produzem leite e 1,1% não possuem culturas agrícolas. Importante é mencionar que os produtores tanto comercializam como consomem os produtos cultivados na propriedade.

No uso das terras para lavouras, o Censo de 2006 mostra que ocorreu um aumento no percentual de áreas plantadas, principalmente na expansão das culturas cuja principal finalidade é a exportação. Assim, o censo apresenta que houve uma redução na área ocupada com arroz (65,35), com feijão (25,24) e com trigo (17,94). Por outro lado, a mandioca, sendo considerado um dos produtos básicos da dieta alimentar, teve um aumento significativo na área colhida, passou de 14.367 hectares colhidos para 26.881 hectares, no período de 1995/96 a 2006 (ALMEIDA; KUDLAVICZ, 2011).

A multifuncionalidade da propriedade é uma questão comum no contexto rural, pois desperta a consciência e reconhece os valores de várias oportunidades da propriedade, tais como amenidades ambientais, oportunidades de turismo rural, a qualidade dos alimentos, gestão da paisagem, a preservação da biodiversidade, juntamente com a produção de alimentos e fibra (BARBIERI; VALDIVIA, 2010).

Desse modo, a diversificação da produção, além de ser uma prática fundamental para o equilíbrio ecológico, tão importante aos sistemas agrícolas, também é considerada uma estratégia para a geração contínua de renda pelos agricultores familiares ao longo do ano, considerando a sazonalidade de produção de cada espécie cultivada (PADUA-GOMES et al., 2014). Assim, através da presente pesquisa, percebe-se, nas Figuras 2 e 3 e pelo Apêndice B, que a minoria dos produtores entrevistados (34,62%), diversificam sua produção, sendo que, o objetivo da diversificação é a geração de emprego e renda para um número considerável de famílias e também para a soberania alimentar.

Figura 2: Agricultores familiares tradicionais com produção diversificada em Dourados-MS.
Fonte: Dados da pesquisa (arquivo pessoal da AGRAER/Dourados, 2015).

Figura 3: Agricultores familiares tradicionais com produção diversificada em Dourados-MS.
Fonte: Dados da pesquisa (arquivo pessoal da AGRAER/Dourados, 2015).

Diante de um ambiente cada vez mais globalizado, as propriedades rurais são confrontadas com enormes desafios para alcançar o desenvolvimento, sendo necessário fazer uso de vários mecanismos para a geração de renda, como diversificação da produção (MIKULCAK et al., 2015). Todavia, Coelli e Fleming (2004) destacam que a estratégia de diversificar a produção, na agricultura familiar, é bastante eficaz quando o produtor combina sua produção em atividades para auferir renda e também para o autoconsumo.

Nesse contexto o acesso e a utilização da tecnologia é essencial para aumentar a produção e, segundo Vilpoux (2014), grande parte dos agricultores familiares nem sempre possuem acesso a tecnologias modernas, o que pode resultar em baixas produtividades.

Em geral, 37,22% dos agricultores familiares tradicionais de Dourados não possuem maquinários para utilizar na produção, precisando alugar esses equipamentos. Isso indica que, com mais a adição desse custo, o lucro será menor ao vender o produto.

Com relação à análise das principais atividades pecuárias, a maioria (63,74%) dos entrevistados destacou que não possui animais na propriedade (Tabela 16), cultivando apenas culturas agrícolas.

Tabela 16. Principais atividades pecuárias praticadas nas propriedades dos agricultores familiares tradicional de Dourados-MS.

Principais atividades pecuárias*	Frequência	Percentual (%)
Não possui animais	116	63,74
Aves	62	34,07
Bovino	33	18,13
Suíno	26	14,29
Equino	7	3,85
Caprino	3	1,65
Piscicultura	3	1,65

Fonte: Dados da pesquisa.
*O entrevistado pode assinalar mais de 1 (uma) alternativa.

Constatou-se que 34,07% dos produtores criam aves em suas propriedades e 18,13% criam bovinos; já a piscicultura representa 1,65% da amostra. Com relação ao dado do Censo Agropecuário de 2006, a produtividade do gado bovino, comparado ao ano de 1996, teve um acréscimo de 3,17%, no entanto, quando comparado ao volume de produção de lavoura temporária, percebe-se que o estado de Mato Grosso do Sul deixou de ser, no período em análise, a terra do boi gordo para ser a terra da soja (ALMEIDA; KUDLAVICZ, 2011).

De acordo com a análise das Tabelas 15 e 16, fica visível que as propriedades rurais pesquisadas possuem uma grande participação no cultivo de produtos que são basicamente para exportação, como soja e milho, no entanto, 34,62% dos entrevistados tenta diversificar sua produção. Porém, grande parte desses produtos não são utilizados para a geração de renda, mas, sim, para o autoconsumo. O que simboliza um grande ganho para o produtor, pois, se não tivesse produzido esse alimento, teria que adquiri-lo no mercado. Da produção cultivada na propriedade rural, o meio de comercialização varia entre os produtores e seus produtos, conforme consta na Tabela 17.

Tabela 17. Canais de comercialização dos produtos dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS.

Canais de comercialização dos produtos*	Frequência	Percentual (%)
Armazém/Cerealista	96	52,75
Venda direta	47	25,82
PAA	32	17,58
Intermediário	21	11,54
Cooperativa	13	7,14
Laticínio	8	4,4
PNAE	6	3,3
Frigorífico	5	2,75

Fonte: Dados da pesquisa.
*O entrevistado pode assinalar mais de 1 (uma) alternativa.

De acordo com os entrevistados, 52,75% vendem seus produtos para armazém/cerealista, 25,82% comercializam sua produção mediante venda direta, 17,58% entregam para o PAA e 3,3% para o PNAE. Os intermediários representam 11,54% da amostra e as cooperativas totalizam 7,14% da amostra.

A agricultura familiar enfrenta dificuldades para inserir sua produção no mercado e, ao unir as suas forças (através de associações e cooperativas) seria possível minimizar alguns gargalos existentes. Como é difícil para os produtores venderem seus produtos de forma isolada, a união certamente possibilitaria muitos avanços.

A inserção da produção dos agricultores familiares no mercado ainda é um grande desafio enfrentado por eles, sendo que muitas vezes carecem de logística adequada para transportar sua produção. Nesse sentido, acabam não tendo forças para comercializar sua produção de forma mais eficiente. Destaca-se o pequeno percentual de agricultores que comercializam sua produção via cooperativas (7,14%), o que é uma excelente alternativa para obterem ganhos.

É possível apontar alguns canais de comercialização da agricultura familiar, tais como: acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (informal); intermediação via atravessador; integração com agroindústrias e compras por parte do poder público (WILKINSON, 2008).

Diante da dificuldade que muitos produtores familiares enfrentam para escoar sua produção, Vilpoux (2014) destaca a importância das associações e cooperativas, pois com essa cooperação é possível obter ganhos com a produção e atender a mercados modernos. Outro fator positivo é a redução dos custos de produção, assim enfraquecendo os entraves existentes. Ao analisar os canais de comercialização dos produtos para a geração de renda, os agricultores familiares apontaram alguns entraves para comercializar sua produção, como consta na Tabela 18.

Tabela 18. Entraves para a comercialização da produção oriunda da agricultura familiar tradicional de Dourados-MS.

Entraves para comercialização*	Frequência	Percentual (%)
Preço baixo dos produtos	112	61,54
Não possui entraves	44	24,18
Falta de transporte	37	20,33
Falta de mão de obra	9	4,95
Legislação para os produtos	7	3,85
Falta de comprador na safra	6	3,3

Fonte: Dados da pesquisa.
*O entrevistado pode assinalar mais de 1 (uma) alternativa.

Uma das alternativas que os governantes vêm encontrando para minimizar o desafio dos entraves no segmento da agricultura familiar é através da criação de mercados institucionais para os produtos advindos deste segmento (MATOS-FILHO et al., 2015).

Dos principais entraves apontados, o preço baixo dos produtos foi o que mais se destacou, com 61,54%. Os produtores descreveram que, na hora da colheita, o preço do produto é sempre reduzido e, como muitos agricultores não possuem local para estocar a produção e/ou necessitam de dinheiro para pagar os financiamentos, acabam vendendo, mesmo sabendo que o retorno do lucro será pequeno.

Apesar de mais da metade dos agricultores apontar algum entrave para a comercialização, 24,18% destacaram que não visualizam entraves, sendo esse um fator positivo, pois possivelmente já encontraram alternativas, seja nas políticas públicas e/ou nas cooperativas e associações, para produzir e comercializar melhor sua produção. Outro fator importante e que, de certa forma, pode contribuir para esse percentual (24,18%), é que muitos agricultores gostam de morar no campo, gostam da tranquilidade que se tem ali. Destacam que a vida na cidade é mais difícil, é agitada e, então, eles não têm vontade de mudar da propriedade.

Dos entrevistados que apontaram entraves para a comercialização, o maior percentual destacado refere-se aos baixos preços dos produtos (61,54%). A falta de transporte e a carência de mão de obra são fatores que também foram destacados como entraves, totalizando 25,28%. A falta de legislação para os produtos (Certificação orgânica, Selo SIM – Serviço de Inspeção Municipal) totalizou 3,85% e a falta de comprador na safra contou com 3,3% dos entrevistados. No que diz respeito à legislação do produto, grande parte dos produtores sofrem na hora de comercializar sua produção pela falta de um selo de qualidade. Muitos destacam que a burocracia e atender as especificidades da legislação são as maiores dificuldades para conseguir o selo desejado.

Atender os requisitos da legislação, ao analisar a localidade da moradia e também a cultura praticada, isso pode ser um grande desafio, neste caso para produtos orgânicos, como o que apontou o estudo de Padua-Gomes et al. (2014), realizado no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã/MS, sendo apontada como principal dificuldade a proximidade de monoculturas ao sistema de produção orgânica (68%). Assim, o

produto que não atender à legislação, ou que não tenha o selo, será comercializado no mercado com preço inferior à sua qualidade.

4.3.4 Fonte de renda dos agricultores

Com o intuito de obter ganhos financeiros, os agricultores familiares tradicionais alocam seus recursos em um conjunto de atividades que incluem atividades agrícolas e não agrícolas. Essas atividades podem ser combinadas, estrategicamente, de diversas formas, que vão desde a especialização de um produto até a diversificação (HELFAND; PEREIRA, 2012).

Além da renda agrícola e não agrícola advinda da propriedade, os agricultores familiares buscam alternativas para obter renda externa. Assim, a população entrevistada apresentou elevado percentual de recursos financeiros advindos de fora da propriedade, totalizando 63,19% dos agricultores (Gráfico 3).

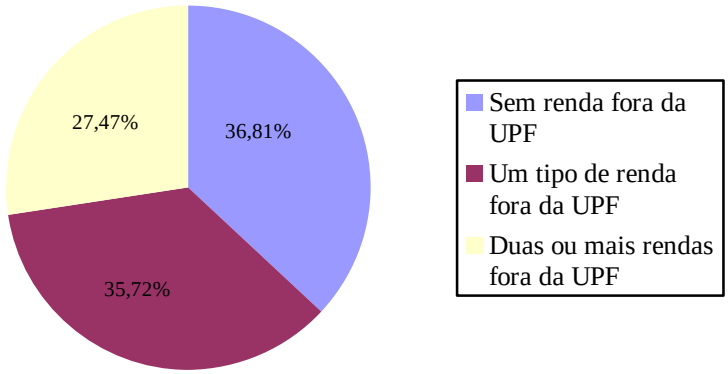


Gráfico 3. Recurso financeiro obtido pelos agricultores familiares tradicionais com trabalho fora da Unidade de Produção Familiar (UPF) de Dourados-MS.
Fonte: Dados da pesquisa.

Do rendimento obtido pelas famílias fora da propriedade, a média mensal é de R$ 776,29. No trabalho realizado por Vieira-Filho (2013) com base nos dados do Censo Agropecuário 2006, 90% de estabelecimentos familiares está configurada no quadro de extrema pobreza, sendo que a renda para esses produtores está entre zero a dois salários mínimos mensais, tornando-se, assim, indispensável a combinação de outras fontes de renda.

Para complementar a renda da produção das propriedades, muitos agricultores exercem atividades fora, situação em que a renda líquida mensal máxima obtida, pela

população pesquisada, alcança o valor mensal de R$ 4.500,00, porém 36,81% dos agricultores não possuem rendimento externo.

Nesse contexto, a renda obtida fora da propriedade já é uma realidade bastante antiga e comum na agricultura familiar. Segundo Shanin (2008), foi a partir dos séculos XX e XXI que os agricultores passaram a adquirir flexibilidade para encontrar novas formas de ganhar a vida, assim, combinando trabalho no campo e fora dele.

Essa realidade não existe apenas no Brasil, pois cerca de 63% das unidades produtivas na Europa possuem pelo menos um membro que desempenha atividades não agrícolas ou fora do estabelecimento. Com o passar do tempo, o próprio Banco Mundial produziu estudos estimulando a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas para a redução da pobreza e melhoria da situação socioeconômica nas áreas rurais (ESCHER et al., 2014).

Nesse sentido, Sofer (2016) destaca que a pluriatividade se tornou bastante comum entre os agricultores de Moshav/Israel, onde a renda agrícola tem tido um declínio e outras fontes de renda tiveram que ser adotadas, como o trabalho assalariado, o arrendamento de sua propriedade e também a abertura de seu próprio empreendimento.

Das principais atividades geradoras de renda de fora da unidade de produção, destacam-se os rendimentos de aposentadoria/pensão, totalizando 34,07%. Esse dado mostra que o meio rural possui uma parcela de população com idade mais avançada (Tabela 19).

Tabela 19. Atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares tradicionais de Dourados- MS fora da propriedade para geração de renda.

Rendimento fora da propriedade	Frequência	Percentual (%)
Aposentado	55	30,22
Serviços gerais/diarista	24	13,19
Pensionista	7	3,85
Professor de Educação	5	2,75
Artesanato	4	2,2
Motorista	3	1,65

Fonte: Dados da pesquisa.

Das rendas advindas de fora da propriedade, 27,47% dos entrevistados possuem mais de uma fonte de renda externa e 35,72% possui apenas uma fonte de renda externa (Gráfico 3). Das rendas obtidas de fora da propriedade, os recursos da previdência

social são mais captados pelos agricultores, o que pode representar uma população com idade mais avançada no meio rural.

Segundo Helfand e Pereira (2012), é cada vez mais visível, na literatura, que a solução para sair da condição de pobreza dos agricultores familiares pela via agrícola talvez não seja mais uma condição suficiente, talvez somente para alguns produtores. A literatura apresenta que, se houvesse maior integração entre as atividades agrícolas e não agrícolas, bem como se houvesse novas formas de organização do trabalho rural, o rendimento provavelmente seria maior.

Nesse sentido, fazem-se necessários os incentivos dos governantes para fortalecer a produção e a permanência do homem no campo. Schneider e Cassol (2014) apontam, em seus estudos, algumas implicações das políticas públicas existentes para o segmento da agricultura familiar. Eles destacam a necessidade de políticas específicas para os estabelecimentos agropecuários muito pequenos, onde a terra e os demais meios de produção disponíveis não são suficientes para gerar excedente econômico agrícola que possa garantir uma receita adequada. É fundamental buscar alternativas e meio de vida para esse grupo de pessoas no próprio meio rural, ainda que talvez não em atividades agrícolas. Destacam também que a migração do meio rural para as cidades não é uma alternativa viável, especialmente em virtude do baixo grau de qualificação da sua força de trabalho para se inserir em outros setores que não sejam a agricultura. Mesmo que essa migração fosse para o setor de serviços urbanos, ainda assim não seria uma boa alternativa, pois também ali os requisitos de qualificação profissional têm crescido muito, sendo essa uma grande barreira à entrada mesmo nesse setor de empregos.

A Tabela 20 apresenta os dados referentes a renda líquida anual dos agricultores familiares tradicionais do município de Dourados/MS, incluindo-se a renda obtida de dentro e fora da propriedade.

Tabela 20. Renda líquida anual, interna e externa à propriedade, dos agricultores familiares tradicionais de Dourados-MS.

Faixa de tamanho das propriedades (ha)	Frequência*	Renda líquida anual, interna e externa à propriedade (R$)**		
		Mínimo	Máximo	Média
Menos de 1 até 20	133	20,00	75.324,00	20.170,02
Mais de 20 até 40	39	2.080,00	230.836,00	44.132,04
Mais de 40 até 60	6	19.004,00	76.960,00	53.459,77
Mais de 60 até 80	1	-	107.422,00	-
Mais de 80 até 100	1	70.233,00	70.233,00	70.233,00
Total	180	20,00	230.836,00	27.769,31

Fonte: Dados da pesquisa.
*Dois (2) produtores não informaram o valor da renda líquida anual.
**Os dados são estimativas feitas pelos agricultores

Analisando o valor máximo da renda líquida anual, o cálculo mensal não pode ser feito apenas pela divisão do total de meses no ano e, sim, pensar que muitos dos recursos financeiros não são mensais, pois acompanham os produtos sazonais, como colheita da safra e venda de animais. Em vista disso, percebe-se que muitos produtores necessitam cada vez mais de recursos vindos de fora da propriedade para suprir algumas necessidades dos membros da família e também para produzir com maior qualidade.

Assim, quem detém a maior renda (Tabela 20) são agricultores que possuem mais de 80 hectares até 100 hectares. Entre aqueles agricultores com menos de 1 hectare até 20 hectares, entre eles se encontram produtores com renda líquida anual de R$ 20,00 e máxima de R$ 75.324,00. Para aqueles agricultores que possui renda líquida anual inferior a R$ 100,00, percebe-se que suas receitas mal conseguem custear os gastos da família e da propriedade. Percebem-se realidades bastante peculiares entre as propriedades. Assim, a realidade de uma propriedade difere da realidade de outra. Diante disso, devem-se levar em consideração alguns fatores que levam a essa variação das rendas, como: propriedades com rendimentos externos, propriedades com mais de um membro da família com renda externa, diferentes culturas praticadas na propriedade, mão de obra de qualidade, equipamentos para plantio e disponibilidade de transporte, dentre outros fatores que impactam no rendimento.

A Tabela 20 mostra, com base na renda liquida anual dos agricultores pesquisados, que o rendimento daqueles que aderiram ao crédito do PRONAF é superior que dos agricultores que não aderiram ao crédito. Neste sentido, Pereira e

Nascimento (2014) apontam que os recursos de custeio são essenciais para manter os agricultores familiares no meio rural e fortalecer seu empreendimento.

4.3.5 Rendimentos obtidos pelos agricultores familiares e o papel do PRONAF nesta análise

Muito se vem discutindo sobre a importância social e econômica que o segmento da agricultura familiar representa para o país. Sabe-se também o quanto a política pública de custeio é essencial para manter e fortalecer os agricultores no meio rural. Muitos deles, no entanto, alocam outras atividades, dentro e fora da propriedade, para melhor desenvolver seu empreendimento.

Seguindo essa ótica, as Tabelas 21 e 22 apresentam a renda líquida anual dos produtores beneficiados com o PRONAF.

Tabela 21. Renda líquida anual dos agricultores familiares de Dourados-MS que possuem e não possuem o Crédito de Investimento do PRONAF.

Faixa de tamanho das propriedades	Frequência	Renda líquida anual, interna e externa a propriedade (R$)		
		Mínimo	Máximo	Média
Agricultores que Possuem Crédito de Investimento				
Menos de 1 até 20	25	1.381,70	58.524,00	23.362,66
Mais de 20 até 40	10	11.794,00	88.600,00	58.330,82
Mais de 40 até 60	1	-	60.200,00	-
Mais de 60 até 80	-	-	-	-
Mais de 80 até 100	-	-	-	-
Total	36	1.381,70	88.600,00	35.013,19
Agricultores que não Possuem Crédito de Investimento				
Menos de 1 até 20	108	20,00	75.324,00	19.430,98
Mais de 20 até 40	29	2.080,00	230.836,00	38.101,43
Mais de 40 até 60	5	19.004,00	76.960,00	52.111,72
Mais de 60 até 80	1	-	107.422,00	-
Mais de 80 até 100	1	-	70.233,00	-
Total	144	20,00	230.836,00	25.289,60

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que 20% dos agricultores já realizaram projetos de crédito rural de investimento através do PRONAF. Dos agricultores que adquiriram o crédito, 69,44%

possuem menos de 1 hectare até 20 hectares. Diante disso, aqueles que possuem menos terra necessitam de mais recursos para se manterem produzindo (Tabela 21).

A maior renda é para os agricultores que aderiram ao Crédito do PRONAF. Sendo que aqueles agricultores que utilizam o PRONAF de Investimento possuem renda mínima de R$ 1.381,70 e, para aqueles que não têm o crédito, a renda mínima foi de R$ 20,00. Nesse contexto, a Tabela 22 traz uma análise da renda anual líquida dos agricultores que possuem e que não possuem Crédito de Custeio do PRONAF.

Tabela 22. Renda líquida anual dos agricultores familiares de Dourados-MS que possuem o Crédito de Custeio do PRONAF.

Faixa de tamanho das propriedades	Frequência	Renda líquida anual, interna e externa a propriedade (R$)		
		Mínimo	Máximo	Média
Agricultores que Possuem Crédito de Custeio				
Menos de 1 até 20	56	1.052,87	63.864,60	22.052,40
Mais de 20 até 40	27	2.080,00	91.151,22	33.138,06
Mais de 40 até 60	6	19.004,00	76.960,00	53.459,77
Mais de 60 até 80	-	-	-	-
Mais de 80 até 100	1	-	70.233,00	-
Total	90	1.052,87	91.151,22	27.338,37
Agricultores que não Possuem Crédito de Custeio				
Menos de 1 até 20	77	20,00	75.324,00	18.801,02
Mais de 20 até 40	12	8.000,00	230.836,00	68.868,42
Mais de 40 até 60	-	-	-	-
Mais de 60 até 80	1	-	107.422,00	-
Mais de 80 até 100	-	-	-	-
Total	90	20,00	230.836,00	26.461,36

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 21 mostra que 50% dos agricultores possuem o Crédito de Custeio do PRONAF e a faixa dos que possuem o maior percentual de agricultores que aderiram está em menos de 1 até 20 hectares. Assim, a renda mínima anual desses agricultores é de R$ 1.052,87 e a renda mínima anual dos agricultores que não possuem o Crédito é de R$ 20,00.

Com relação aos dados comparativos, Tabelas 21 e 22, nota-se que os produtores que adquiriram o crédito do PRONAF, seja pela forma de custeio ou por meio de investimento, possuem, em média, uma renda anual líquida maior do que

aqueles agricultores que não possuem. Esse dado representa a importância do crédito rural para alavancar a produção e a geração de renda e sobrevivência no meio rural.

Nesse contexto, Pereira e Nascimento (2014) apontam a importância da elevação da quantidade disponibilizada de créditos para o desenvolvimento das propriedades rurais familiares, destacando inovações no meio de produção e melhor condição de sobrevivência.

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural necessitam considerar, além do progresso econômico, o respeito às capacidades e aos anseios das pessoas, a conservação dos recursos naturais, como um processo de desenvolvimento e transformação da sociedade em relação às potencialidades e oportunidades, eliminando as limitações das comunidades. Então se buscam políticas embasadas em conceitos sólidos, que permitam o planejamento em longo prazo, reconsiderando as particularidades de cada região (LOCH et al., 2014).

Como a prática de desempenhar atividades fora da propriedade é uma realidade bastante antiga, as Tabelas 23 e 24 mostram a realidade do grupo em estudo.

Tabela 23. Agricultores familiares de Dourados-MS que possuem e não possuem rendimentos fora da propriedade/mês e que possuem o Crédito de Investimento do PRONAF.

Total de agricultores que possuem PRONAF (Investimento)	**Rendimento (R$)**	
	Média da Renda Externa	**Média da Renda Líquida Anual**
Agricultores que Possuem Renda Externa e Crédito de Investimento		
22	1.129,60	31.658,26
Agricultores que Sem Renda Externa e com Crédito de Investimento		
14	-	40.285,22

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos agricultores que contrataram o Crédito Investimento do PRONAF, 61% possuem renda externa (Tabela 23). Desses que possuem renda externa, a renda líquida anual é inferior ao rendimento daqueles que não possuem. Um dado bastante interessante é que 30,22% (ver Tabela 19) da renda externa são recursos advindos da Previdência Social, no mais, se diminui a mão de obra na propriedade, automaticamente

seu retorno financeiro irá diminuir, pois o produtor terá que dividir as funções em dentro e fora da propriedade.

Assim, de acordo com a pesquisa, os produtores que se dedicam à propriedade têm rendimentos maiores que aqueles que têm dupla função, como também representado na Tabela 24.

Tabela 24. Agricultores familiares de Dourados-MS que possuem e não possuem rendimentos fora da propriedade/mês e que possuem o Crédito de Custeio do PRONAF.

Total de agricultores que possuem PRONAF (Custeio)*	**Renda Líquida Anual**	
	Média da Renda Externa	**Média da Renda Líquida Anual**
Agricultores que Possuem Renda Externa e Crédito de Custeio		
52	1.201,04	26.142,86*
Agricultores que Possuem Renda Externa e Crédito de Custeio		
40	-	29.769,19*

Fonte: Dados da pesquisa.
*Um (1) produtor não informou o valor da renda líquida anual.

Na Tabela 24, 56,52% dos agricultores possuem renda externa, porém seus rendimentos são menores com relação aos agricultores que não possuem. E a média da renda mensal externa à propriedade é de R$ 1.201,04. Assim, olhando para as Tabelas 23 e 24, percebe-se que o valor médio da renda dos pesquisados é inferior quando se buscam fora da propriedade outras rendas. Uma hipótese para tal justificativa é que o principal rendimento externo à propriedade é advindo da Previdência Social, o que indica uma população mais idosa no meio rural e, como já apontado, os agricultores que têm outras funções fora da propriedade acabam não se empenhando nas atividades da propriedade, atividades que, dependendo da cultura ou da criação, são diárias.

Segundo dados de Gazolla e Schneider (2013), observando a dinâmica do PRONAF no meio rural constata-se que programa gera um efeito benéfico para o desenvolvimento das propriedades, pois propicia apoio financeiro para a diversificação de culturas de alimentos básicos (arroz, feijão, leite, frutas, entre outros), para a diversificação das atividades rurais (cultivos agrícolas e criações), bem como propicia

apoio financeiro a pequenas iniciativas agropecuárias, como, por exemplo, a implantação de hortas, de pomares e até de agroindústrias.

A despeito dos ganhos financeiros, fica evidente o papel fundamental das políticas de crédito agrícola para o fortalecimento do produtor e, a renda externa representa um complemento, sendo que a grande maioria é advinda de rendimentos da Previdência Social. Seguindo essa ótica, é importante olhar para o meio rural e desenvolver mecanismos que proporcionem uma vida mais tranquila e produtiva, pois, na falta de um dos elos desse triple (capital, mão de obra e terra) o meio rural se desequilibra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar tradicional no município de Dourados é bastante representativa pelo seu número expressivo de agricultores. Assim, essa é modalidade de agricultura é que mais capta recursos do PRONAF.

O percentual de estabelecimentos com financiamentos oscilou com o decorrer do tempo em análise, porém as linhas de crédito do PRONAF tiveram uma evolução no período em estudo, tanto para o Brasil, para a região Centro-Oeste e para estado de Mato Grosso do Sul, quanto para o município de Dourados. Enquanto para o Brasil, região Centro-Oeste e estado de Mato Grosso do Sul o montante de recursos e projetos estão presentes na atividade tanto agrícola quanto Pecuária, o município de Dourados se destaca na Agricultura.

O ano de 2012 foi o período em que o governo federal disponibilizou um maior repasse financeiro para a agricultura familiar através do PRONAF. E, em razão desse aumento de crédito rural, tem ocorrido uma transformação positiva no segmento da agricultura familiar.

Entre as características da configuração demográfica dos agricultores familiares tradicionais de Dourados, aponta-se um percentual de produtores com nível superior, destacando-se que essa melhor qualificação pode proporcionar um ganho na hora de produzir e comercializar a produção.

Com relação ao sistema de escoamento da produção, as estradas estão em boas condições, o que facilita o transporte da produção. Quanto a maquinários, no entanto, nem todos dos produtores possuem maquinários para o plantio e tratos culturais, sendo necessário alugar esses equipamentos, o que vem a comprometer os rendimentos.

Quanto a veículos, no entanto, quase todos os produtores possuem carro para transitar e, também, para transportar alguns tipos de produtos.

A prática de manejo agrícola predominante é o plantio direto, o que vem a favorecer a conservação do solo, porém os agricultores fazem uso de agrotóxicos na produção. Outro dado bastante interessante é que a pecuária está perdendo espaço cada vez mais para a agricultura. Sendo assim, o cultivo do milho e da soja é bastante forte entre os produtores.

Mesmo assim, no entanto, apesar de as culturas de soja e milho serem predominantes na região, alguns agricultores diversificam sua produção. Até mesmo, o fato de os agricultores viverem em propriedades pequenas tornam mais difícil a diversificação da produção e também, mesclar produtos agrícolas e pecuários. No entanto, sabe-se que é através do processo de diversificação da produção que se pode ter um alto potencial de ganhos da produtividade, garantindo a soberania alimentar e a melhoria de renda.

A fonte de renda dos agricultores é caracterizada por um aporte integrado de recursos obtidos através de sistemas de produção da propriedade e com rendimentos externos a ela. O cultivo de alimentos é, porém, tanto para a subsistência quanto para a comercialização. No caso da produção para a subsistência, consumir o produto que se planta reduz a demanda de consumo no mercado e, portanto, reduz as despesas familiares por propriedade.

Quanto aos produtos para a comercialização, diversas são as formas de inserir a produção no mercado, sendo apontada a entrega aos armazéns/cerealistas como a mais utilizada pelos agricultores. Dos principais entraves apontados para a comercialização, o preço baixo dos produtos é o mais apontado.

Outro dado bastante interessante diz respeito à renda externa à propriedade. Sabe-se que essa realidade já é bastante antiga, situação em que os produtores precisam ter outras fontes de renda para complementar a renda rural. Assim, a realidade dos pesquisados é a renda externa como complemento e a principal externa renda é a advinda da Previdência Social, ou seja, renda dos aposentados, o que é um dado que vem a confirmar a existência de uma parcela de pessoas com idade mais avançada no meio rural.

Mesmo com renda externa, percebe-se que os agricultores com rendimentos externos possuem rendimentos menores que aqueles produtores sem essa segunda fonte.

Isso é aparentemente contraditório, porém alguns fatores podem explicar tal fato. Um primeiro lugar, como, no caso dos recursos obtidos fora da propriedade, o maior percentual vem da Previdência Social, isso indica uma população mais idosa no meio rural ─ como já apontado ─, sendo pessoas já com pouca atividade laboral. Em segundo lugar, quanto aos demais com renda externa, esses, na realidade, são agricultores que, por causa das outras funções fora da propriedade, acabam não se empenhando nas atividades da propriedade, atividades que, dependendo da cultura ou da criação, são diárias. Assim, com menor dedicação, menor será a renda.

Quando comparados os agricultores que possuem renda externa e Crédito do PRONAF, percebe-se que a faixa de tamanho das propriedades que mais se destacaram nesta análise são áreas menores de 1 hectare até 20 hectares. Bem como quando comparada a renda líquida anual e produtores que financiaram o Crédito do PRONAF (custeio e/ou investimento), para aqueles produtores que possuem o crédito, o mínimo da renda líquida anual é de quase R$ 1500,00, enquanto para aqueles agricultores que não buscam o recurso do PRONAF é menor que R$ 100,00.

Seguido essa ótica, fazem-se necessárias o incremento de políticas públicas de custeio para favorecer a expansão das atividades produtivas da agricultura familiar. Ao comparar produtores que obtém o PRONAF com renda líquida anual, fica evidente que a média do rendimento é de quase R$ 30.00,00, o que vem a apontar o benefício do crédito. Agora, quando se comparam produtores sem renda externa que aderiram ao PRONAF com produtores que possuem rendimentos externos, percebe-se que a média do rendimento é bastante inferior para esses últimos. Esse dado é bastante intrigante, pois deveria ser um efeito contrário ao analisar os dois comparativos, mas, ao analisar os rendimentos externos, infere-se que se trata de renda para uma população predominantemente idosa.

A inserção dos questionamentos dos agricultores familiares na agenda decisória dos governantes não deve ser apenas uma preocupação social, mas trata-se de uma preocupação mundial. Assim deve ser em razão de que se refere a um segmento com potenciais para abastecimento, produção e distribuição de alimentos para todo o mundo. Assim, incentivando os agricultores familiares, tem-se um desenvolvimento sustentável local e regional, contribuindo para o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural, além de proporcionar e sustentar o setor urbano por meio do suprimento de alimentos diversificados.

REFERÊNCIAS

AGNE, C. L.; WAQUIL, P. D. Redes de proximidade: agricultores, instituições e consumidores na construção social dos mercados para os produtos das agroindústrias rurais familiares na Região Central do RS. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p. 149-171, jan./abr. 2011.

AGUIAR, M. D. de; SILVA, A. C. da; HIGUCHI, P.; NEGRINI, M.; FERT-NETO, J. Potencial de uso de espécies arbóreas de uma floresta secundária em Lages, Santa Catarina. **Revista de Ciências Agroveterinárias**, v. 11, n. 3, p. 238-247, 2012.

ALMEIDA, R. A. de; KUDLAVICZ, M. A potencialidade da pequena unidade de produção em Mato Grosso do Sul: os censos agropecuários 1995/96 e 2006 em debate. In: FAISTING, A. L.; FARIAS, M de F. L. de (Org.). **Direitos humanos, diversidade e movimentos sociais:** um diálogo necessário. – Dourados: Ed. UFGD, 2011. p. 45-66.

ALVES, J. M.; GOMES, S. da S.; SILVA, D. B. dos S.; ROCHA, P. dos S.; ROMAN, A. I.; RAIZER, J.; JUNIOR, V. V. A.; PEREIRA, Z. V. Uso múltiplo de espécies arbóreas nativas do fragmento de floresta semidecidual ribeirinha da Fazenda Experimental da Universidade Federal da Grande Dourados. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, 2015.

ANDRADE, A. G. de; CHAVES, T. de A. **Manejo contra a erosão.** 2012. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/ 936686>. Acesso em: 22 jul. 2015.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. Sob o efeito da desagrarização: agricultura familiar e pluriatividade no Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 15, p. 310-339, 2007.

AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER, S. 12 anos de política de créditos do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 2, p. 309-347, jul./dez. 2011.

AUGUSTO, C. A.; SACHUK, M. I. Competitividade da agricultura orgânica no estado do Paraná. **Caderno de Administração**, v. 15, n. 2, p. 9-18, 2008.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2008/pronaf.asp?idpai=RELRURAL2008>. Acesso em: 20 mar. 2015a.

_____. FAQ - **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** – Pronaf. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#9>. Acesso em: 19 jul. 2014b.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 1. ed. Florianópolis: UFSC, 1994.

BARBIERI, Carla; VALDIVIA, Corinne. Recreation and agroforestry: examining new dimensions of multifunctionality in family farms. **Journal of Rural Studies**, v. 26, n. 4, p. 465-473, 2010.

BERDEGUÉ, J. A.; FUENTEALBA, R. Latin America: The state of smallholders in agriculture. In: **IFAD conference on new directions for smallholder agriculture**. 2011. p. 25.

BIALOSKORKI NETO, S. **Estratégias e cooperativas agropecuárias:** um ensaio analítico. Agronegócio Cooperativo: reestruturação e estratégias. Viçosa, MG: UFV/DER, 2002.

BORDA, E. T.; HARTER-MARQUES, B.; CITADINI-ZANETTE, V. Produção orgânica de calêndula: um estudo de caso. **Ciência Rural**, v. 42, n. 11, 2012.

BORTOLUZZI, E. C.; ELTZ, F. L. F. Efeito do manejo mecânico da palhada de aveia preta sobre a cobertura, temperatura, teor de água no solo e emergência da soja em sistema de plantio direto. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 24, n. 2, p. 449-457, 2000.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 3 mar. 2014a.

_____. Senado Federal. **Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm#art33>. Acesso em: 24 mar. 2015b.

_____. Senado Federal. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83>. Acesso em: 15 ago. 2015c.

_____. Senado Federal. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 20 set. 2015d.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **A agricultura familiar na região sul do Brasil - Quilombo - Santa Catarina:** um estudo de caso. Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. Tradução Luciana Penteado Miquelino. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável:** questões para debate. Brasília, DF: IICA, 2006.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores? *In*: SANTOS, M. de M.; PINHEIRO, B.; SANTANA, C.; GUEDES, A. C.; BARBOSA, M. M. T. L.; SETUBAL, J. H.; PINHEIRO, B.; SANTANA, C. (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro:** Ganhar tempo é possível? - Brasília, DF: CGEE, 2013.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Contextos locais ou regionais: importância para a viabilidade econômica dos pequenos produtores. *In*: SANTOS, M. de M.; PINHEIRO, B.; SANTANA, C.; GUEDES, A. C.; BARBOSA, M. M. T. L.; SETUBAL, J. H.; PINHEIRO, B.; SANTANA, C. (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro:** Ganhar tempo é possível? - Brasília: CGEE, 2013.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BUENO, C. da S.; SILVA, P. A. de O e. Redes de informação como instrumento ao planejamento do desenvolvimento dos assentamentos rurais: o modelo do programa "PLANEJA" da EMBRAPA. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, **Anais**.. Goiânia, GO: Sober, 2014.

CABUGUEIRA, A. C. C. M. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 9, p. 103-136, 2000.

CAMILO, L. R. R. **Assentamento Amparo no município de Dourados em Mato Grosso do Sul:** caracterização e utilização de políticas de créditos. 2014. 87 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/Mato Grosso do Sul, 2014.

CARDOSO, J. H. Ensaio de Sistema Agroflorestal com Espécies Nativas para a Restauração de Áreas de Reserva Legal. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, 2009.

CASTAGNARA, D. D.; UHLEIN, A.; WAMMES, E. V. S; PERINI, L. J.; STERN, E.; ZANELATO, F. T.; VERONA, D. A.; ULIANA, M. R. B.; ZONIN, W. J.; SILVA, N. L. S. Importância ambiental das áreas de reserva legal e sua quantificação na microbacia hidrográfica da Sanga Mineira do município de Mercedes–PR. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, 2007.

COELLI, T.; FLEMING, E. Diversification economies and specialisation efficiencies in a mixed food and coffee smallholder farming system in Papua New Guinea. **Agricultural Economics**, v. 31, n. 2-3, p. 229-239, 2004.

Comissão Europeia. **Segurança alimentar, agricultura sustentável e bio-economia**. 2015. Disponível em: <http://science-girl-thing.eu/pt/6-reasons-science-needs-you/food-security-sustainable-agriculture-and-bio-economy>. Acesso em: 26 maio 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Programa de aquisição de alimentos – PAA**: Resultado das ações da CONAB em 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_03_23_15_42_09_sumario_executivo_2014_revisado.pdf >. Acesso em: 9 abr. 2015a.

_____. **Ações da Conab – PAA.** Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1402&t=2>. Acesso em: 11 abr. 2015b.

CONTI, I. L.; BAZOTTI, A.; RADOMSKY, G. F. W. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: um estudo sobre a relação produção-consumo nos municípios de Toledo (PR) e Contagem (MG). **Extensão Rural**, v. 22, n. 1, p. 56-86, 2015.

CORDIN, C.; SOUZA, R. S. de. Os quilombolas e o programa de aquisição de alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: enquadramentos burocráticos e mediações sociais. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, **Anais**.. Goiânia, GO: Sober, 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010. 296 p. Cap.1.

DAMASIO, M. de L. L.; SAMPAIO, A. C. As representações sociais do lixo. **Educação ambiental:** da prática pedagógica à cidadania, v. 4, 2014.

DE PAULA, M. M.; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. da. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola,** n. 1, p. 33-43, 2014.

ESCHER, F.; SCHNEIDER, S.; SCARTON, L. M.; CONTERATO, M. A. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 4, p. 643-668, 2014.

ESQUERDO-SOUZA, V. F. de; ERGAMASCO, S. M. Pessoa Pereira. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos

municípios do circuito das frutas – SP. **Revista Extensão Rural,** Santa Maria, v. 22, n. 1, jan./mar. 2015.

ESQUERDO-SOUZA, V. F. de; ERGAMASCO, S. M. Pessoa Pereira. Análise sobre acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl. 1 Brasília, 2014.

FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul. Em nove meses de safra, agricultores familiares contratam mais de R$ 20 bilhões do Pronaf. Disponível em: < http://famasul.com.br/noticias_interna/em-nove-meses-de-safra-agricultores-familiares-contratam-mais-de-r-20-bilhoes-do-pronaf/33923/>. Acesso em: 9 abr. 2015.

FAO/INCRA – Food and Agriculture Organization/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Final de Projeto de Cooperação Técnica.** Brasília, DF: INCRA, 1994.

FAO/INCRA. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar.** O Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

FAO – Food and Agriculture Organization. **FAO e OMS apelam por forte compromisso político para enfrentar a desnutrição em conferência internacional de alto nível.** 2009. Disponível em: <https://www.fao.org.br/FAOeOMS afcpedcial.asp>. Acesso em: 7 jul. 2014a.

_____. **Empowerment is key to eradicating hunger.** Disponível em: <http://www.fao.org/zhc/detail-events/en/c/214683/ >. Acesso em: 11 mar. 2014b.

FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J. Diversificação e competitividade nas cooperativas agropecuárias. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. 4, out./dez. 2004: p. 33-55.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Sobre o PNAE.** 2012. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>. Acesso em: 24 mar. 2015a.

_____. **Dados estatísticos.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/ alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/alimentacao-escolar-dados-estatis ticos>. Acesso em: 11 abr. 2015b.

FOCHEZATTO, A. **Desenvolvimento regional:** novas abordagens para novos paradigmas produtivos. In: CONCEIÇÃO, Octavio A. C. et al. (Orgs.). O ambiente regional. Porto Alegre, RS: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha).

FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 6, p. 242-264, jul./dez. 2001.

FREITAS, R. E. A agropecuária na balança comercial brasileira. **Revista de Política Agrícola,** ano XXIII, nº 2, abr./maio/jun. 2014.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** Piracicaba-SP, vol. 51, nº 1, p. 45-68, jan./mar. 2013 – Impressa em abril de 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. **Novo retrato da agricultura familiar:** o Brasil redescoberto. Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2000.

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, Alberto; VIDAL, M. de F. **Agricultura familiar no Nordeste:** uma análise comparativa entre dois censos agropecuários. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

GUILHOTO, J. J. M.; SILVEIRA, F. G.; ICHIHARA, S. M.; AZZONI, C. R. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural** v. 44, n. 3, Brasília, jul./set. 2006.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO-JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. – 11. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2014.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate,** v. 1, n. 2, p. 83-109, jan./abr. e maio/ago. 2013.

GUARESCHI, R. F.; PEREIRA, M. G.; PERIN, A. Deposição de resíduos vegetais, matéria orgânica leve, estoques de carbono e nitrogênio e fósforo remanescente sob diferentes sistemas de manejo no cerrado goiano. **Revista Brasileira de Ciência do solo**, v. 36, n. 3, p. 909-920, 2012.

HELFAND, S.; PEREIRA, V. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: BUAINAIN, A.M. et al. **A nova cara da pobreza rural:** desafios para as políticas públicas. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 16, Cap. 4, Brasília: IICA, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estados.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>. Acesso em: 30 mar. 2015a.

_____. **Dourados**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil. php?lang=&codmun=500370>. Acesso em: 12 jan. 2015b.

_____. **Censo agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2015c.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Projetos de Reforma Ágrária Conforme Fases de Implementação. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Acesso em 12 fev. 2016.

JACOVINE, L. A. G.; CORRÊA, J. B. L; SILVA, M. L. D de; VALVERDE, S. R.; FERNANDES FILHO, E. I.; COELHO, F. M. G.; PAIVA, H. N. de. Quantificação das áreas de preservação permanente e de reserva legal em propriedades da bacia do Rio Pomba-MG. **Revista Árvore**, v. 32, n. 2, p. 269-278, 2008.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina**: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia,** Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KARNOPP, E. Tendências de desenvolvimento da agricultura familiar: uma análise regional. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 14, n. 26, 2012.

LAGO, A.; HEGEDUS, P.; MACHADO, J. A. D. ; FAGAN, S. Principais causas do não associativismo entre agricultores familiares do município de Nova Palma (RS, Brasil) e estratégias de extensão. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, **Anais**. Fortaleza, CE: Sober, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa.** 4 ed. São Paulo, Atlas, 1999.

LANDAU, E. C.; CRUZ, R. K. da; HIRSCH, A.; PEIMENTA, F. M.; GUIMARÃES, D. P. EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil.** Disponível em: <http:// www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/949260/1/doc146.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

LEITE, S. P.; JUNIOR-WESZ, V. J. Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: revisitando o papel do crédito rural. **Revista Pós - Ciências Sociais**, v. 11, n. 22, 2015.

LIMA, A. C. da C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, 2010.

LIMA, A. A. de; FARIAS, M. S. S. de; LIRA, V. M. de; FRANCO, E. S.; SILVA, M. B. R. da. Lixo Rural: O caso do município de João Alfredo (PE). **Caminhos de Geografia**, v. 6, n. 16, 2006.

LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais,** Lavras, v. 8, n. 3, 2006.

LOCH, C.; REBOLLAR, P. B. M.; ROSENFELDT, Y. A. Z.; WALKOSKI, M. Multifuncionalidade da paisagem como subsídio às políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável. **Ciência Rural**, v. 43, n. 13, 2014.

MATOS-FILHO, J.; PONTES, B. M. L. M.; OLIVEIRA, F. S. S. de. Agricultura familiar no Rio Grande do Norte: limites e possibilidades para a inserção mercadológica. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, **Anais**. João Pessoa, PB: Sober, 2015.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006.** Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2014a.

_____. **A agricultura familiar encerra 2013 com recordes e define novas metas no ano internacional do setor.** Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/noticias/item?item_id=15658991>. Acesso em: 13 abr. 2014b.

_____. **Crédito Rural.** Disponível em: < http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/credito-rural >. Acesso em: 10 abr. 2015c.

_____. **Recurso de crédito do Pronaf à agricultura familiar é o maior já anunciado pelo MDA**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/recurso-de-cr%C3%A9dito-do-pronaf-%C3%A0-agricultura-familiar-%C3%A9-o-maior-j%C3%A1-anunciado-pelo-mda>. Acesso em: 25 set. 2015d.

MIKULCAK, F.; HAIDER, J. L.; ABSON, D. J.; NEWIG, J.; FISCHER, J. Applying a capitals approach to understand rural development traps: A case study from post-socialist Romania. **Land Use Policy**, v. 43, p. 248-258, 2015.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: 2012/2015. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/arquivos/LIVRO_PLANO_NACIONAL_CAISAN_FINAL.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2015.

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores. **Soberani**a. Disponível em: <http://www.mpabrasil.org.br/soberania>. Acesso em: 24 set. 2015.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; PORRO, N. M.; OLIVEIRA, T. C. V. de. As catadoras de Mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** Piracicaba-SP, vol. 52, nº 3, p. 449-470, jul./set. 2014 – Impressa em novembro de 2014.

MURIITHI, B. W. **Does commercialization of smallholder horticulture reduce rural poverty**? Evidence based on household panel data from Kenya. 2013.

NASCIMENTO, R. S.; SIQUEIRA, A. F. da S.; NASCIMENTO, R. S. Produtos orgânicos, cidadania e conhecimento popular: percepções de agricultores e agricultoras na feira agroecológica de João Pessoa-PB. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, 2011.

NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. A "pequena produção rural" no Brasil. In: SANTOS, M. de M.; PINHEIRO, B.; SANTANA, C.; GUEDES, A. C.; BARBOSA, M. M. T. L.; SETUBAL, J. H.; PINHEIRO, B.; SANTANA, C. (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro:** Ganhar tempo é possível? - Brasília: CGEE, 2013.

NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S.; MATOS-FILHO, J.; NUNES, K. F. G.; AQUINO, J. R. de. Políticas Agrárias e Agrícolas no Contexto do Desenvolvimento do Nordeste: evolução, desafios e perspectivas. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 43, 2014.

OLWANDE, J.; SMALE, M.; MATHENGE, M. K.; PLACE, F.; MITHÖFER, D. Agricultural marketing by smallholders in Kenya: A comparison of maize, kale and dairy. **Food Policy**, v. 52, p. 22-32, 2015.

OSÓRIO, F. H. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural.** Seminário: Agricultura Familiar em Portugal. Campo Pequeno, 31 de maio de 2014.

PADUA-GOMES, J. B.; BEZERRA, G. J.; NASCIMENTO, J. S.; SCHLINDWEIN, M. M.; PADOVAN, M. P. Produção orgânica no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, 2014.

PEREIRA, E. L.; NASCIMENTO, J. S. Efeitos do Pronaf sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** Piracicaba-SP, vol. 52, nº 01, p. 139-156, jan./mar 2014 – Impressa em maio de 2014.

PIERRI, M.; VALENTE, A. L. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. **Projeto de Cooperação Técnica "Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural sustentável"–PCT IICA/MDA, NEAD**, 2010.

PLEIN, C.; FILIPPI, E. E. Capitalismo, agricultura familiar e mercados. **Revista Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 98-121, 2011.

REZENDE, S. M. de M.; ALMEIDA, F. B. de; ALMEIDA, L. M. de M. C.; WANDER, A. E. **Proposta metodológica para avaliação da efetividade das políticas sociais para agricultores familiares do Estado de Goiás**. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/67861/1/Wander.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2015.

RIBEIRO, D. D.; DIAS, M. S. Políticas públicas para a agricultura familiar: o PAA e o PNPB. Mercator – **Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 81-91, jan./abr. 2013.

RICHETTI, A. et al. **Manejo do solo.** Embrapa Algodão. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Algodao/AlgodaoCerrado/solos.htm >. Acesso em: 11 jan. 2016.

SANGALLI, A. R. **Diagnóstico socioeconômico e potencialidades de desenvolvimento sustentável no assentamento rural – Assentamento Rural Lagoa**

Grande. 2013. 107 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/Mato Grosso do Sul, 2013.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F. da; SOUSA, A. A. de; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. dos S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 927-36, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia.das Letras, 1999.

SEVERINO, M. da R.; SILVA, P. M. da. Taxa de degradação de ametrina em quatro solos brasileiros: indicativo do comportamento ambiental. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 36, n. 3, p. 1023-1030, 2012.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008. p. 23- 47.

SILVA, M. S.; TEIXEIRA, F. L. C.; TORRES, E. A.; FERNANDES, F. M.; ROCHA, A. M. Family Farming and Biodiesel: The Difficulties of Socioeconomic Inclusion in the Northeast of Brazil. **Journal of Agricultural Science**, v. 6, n. 7, 2014.

SILVA, G. G.; CHEUNG, T. L.; VILPOUX, O. F.; SANCHES, F. T. Capital social e cooperação na agricultura familiar: uma análise comparativa entre os estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais,** Lavras, v. 16, n. 2, p. 153-166, 2014.

SILVA, H. C. H. da. **Cooperação e compartilhamento de informação entre os atores sociais do Assentamento Amparo no município de Dourados/MS.** 2013. 86 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/Mato Grosso do Sul, 2013.

SILVA, J. P.; SILVA, R. C.; FRANCO, F. S.; LOPES, P. R. Sistema Agroflorestal no Assentamento Pirituba II em Itapeva, São Paulo. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, 2015.

SNA - Sociedade Nacional da Agricultura. **Mundo volta suas atenções para a agricultura familiar.** 2014. Disponível em: <http://sna.agr.br/mundo-volta-suas-aten coes-para-a-agricultura-familiar/>. Acesso em: 13 abr. 2015.

SOBREIRA, D. B.; KHAN, A. S.; SOUSA, E. P de. Nível tecnológico dos apicultores beneficiários e não beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no

Ceará. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural, **Anais**.. Goiânia, GO: Sober, 2014.

SOFER, M. Pluriactivity in the Moshav: family farming in Israel. **Journal of Rural Studies**, v. 17, n. 3, p. 363-375, 2001.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 52, p. 205-222, 2014.

SOUZA, P. M.; FORNAZIER, A.; PONCIANO, N. J.; NEY, M. G. Agricultura familiar versus agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. **Documentos Técnico-Científicos**, vol. 42, nº 1, jan./mar. 2011.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

SPADOTTO, C. A. Abordagem interdisciplinar na avaliação ambiental de agrotóxicos. **Revista Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar**, São Miguel, 2006.

SUH, J. Communitarian cooperative organic rice farming in Hongdong District, South Korea. **Journal of Rural Studies**, v. 37, p. 29-37, 2015.

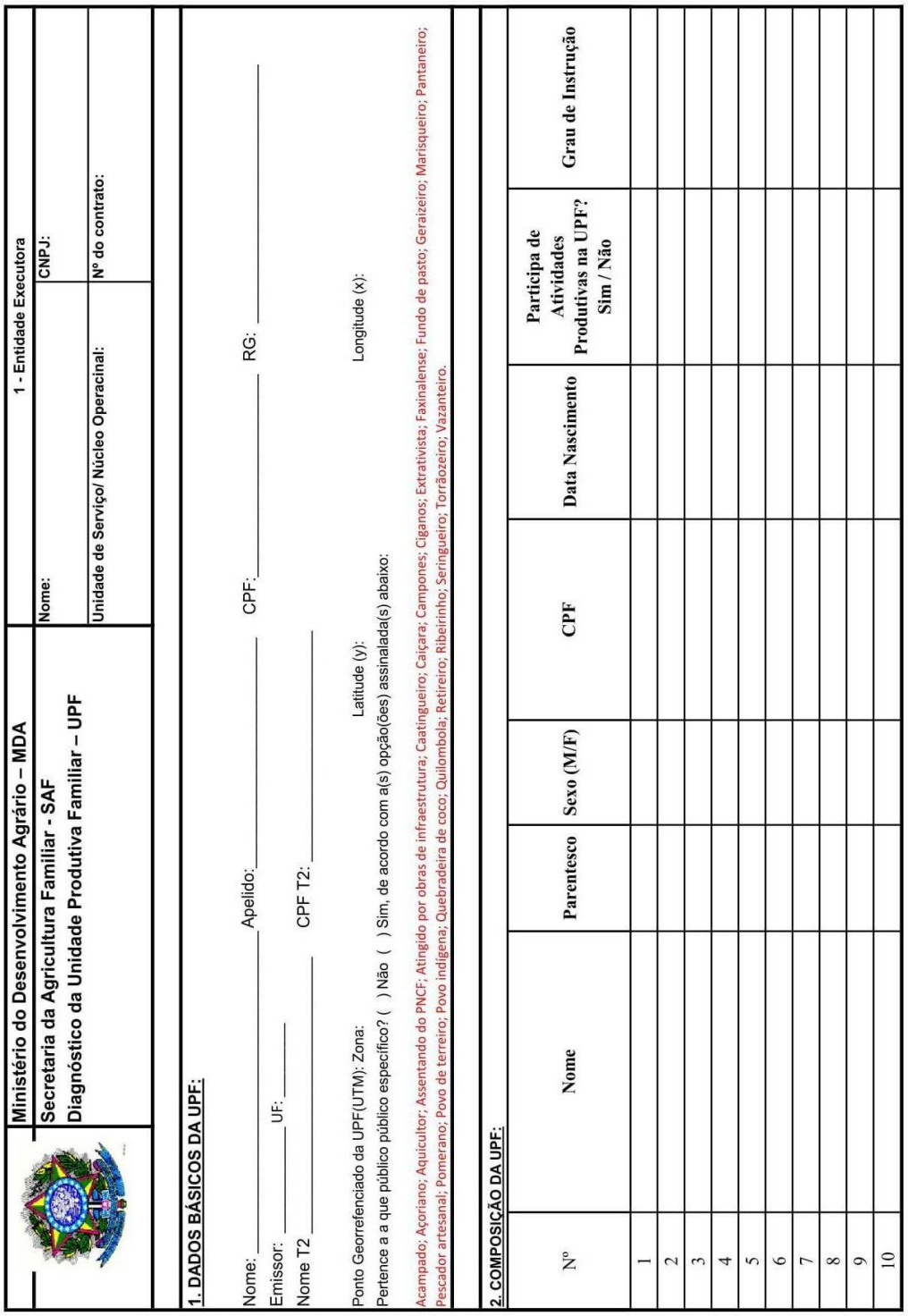
VALNIER, A. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre. 2011. 127 p. **Dissertação** (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté.

VIEIRA-FILHO, J. E. R. Distribuição produtiva e tecnológica dos estabelecimentos agropecuários de menor porte e gestão familiar no Brasil. In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z.(Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro:** Ganhar tempo é possível? – Brasília, DF: CGEE, 2013. p. 177-199.

VILPOUX, O. F. Agrarian reform and cooperation between settlers in the Midwest of Brazil: An institutional approach. **Land Use Policy**, v. 39, p. 65-77, 2014.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS, 2008.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos agricultores familiares tradicionais do município de Dourados/MS e participantes da Chamada Pública da Sustentabilidade – MDA.



Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar
MDA

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Secretaria da Agricultura Familiar - SAF
Diagnóstico da Unidade Produtiva Familiar – UPF

1 - Entidade Executora

Nome: **CNPJ:**

Unidade de Serviço/ Núcleo Operacinal: **Nº do contrato:**

1. DADOS BÁSICOS DA UPF:

Nome: _____ Apelido: _____ CPF: _____ RG: _____

Emissor: _____ UF: _____

Nome T2 _____ CPF T2: _____

Ponto Georrefenciado da UPF(UTM): Zona: Latitude (y): Longitude (x):

Pertence a a que público público específico? ( ) Não ( ) Sim, de acordo com a(s) opção(ões) assinalada(s) abaixo:

Acampado; Açoriano; Aquicultor; Assentando do PNCF; Atingido por obras de infraestrutura; Caatingueiro; Caiçara; Campones; Ciganos; Extrativista; Faxinalense; Fundo de pasto; Geraizeiro; Marisqueiro; Pantaneiro; Pescador artesanal; Pomerano; Povo de terreiro; Povo indígena; Quebradeira de coco; Quilombola; Retireiro; Ribeirinho; Seringueiro; Torrãozeiro; Vazanteiro.

2. COMPOSIÇÃO DA UPF:

Nº	Nome	Parentesco	Sexo (M/F)	CPF	Data Nascimento	Participa de Atividades Produtivas na UPF? Sim / Não	Grau de Instrução
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							

Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar
MDA

3. DADOS SOCIAIS DOS INTEGRANTES DA FAMÍLIA

Nº	Nome	Portador de deficiência		Escolaridade*	Há demanda por documentação? Quais?**	Já atuou em outra profissão no meio rural?	Formas de integração social:***	Acesso a Políticas Públicas e Crédito****:
1		( ) Sim	( ) Não		( ) Sim; ( ) Não; Quais:	( ) Sim; ( ) Não		
2		( ) Sim	( ) Não		( ) Sim; ( ) Não; Quais:	( ) Sim; ( ) Não		
3		( ) Sim	( ) Não		( ) Sim; ( ) Não; Quais:			
4		( ) Sim	( ) Não		( ) Sim; ( ) Não; Quais:	( ) Sim; ( ) Não		
5		( ) Sim	( ) Não		( ) Sim; ( ) Não; Quais:	( ) Sim; ( ) Não		
6		( ) Sim	( ) Não		( ) Sim; ( ) Não; Quais:	( ) Sim; ( ) Não		
7		( ) Sim	( ) Não		( ) Sim; ( ) Não; Quais:	( ) Sim; ( ) Não		
8		( ) Sim	( ) Não		( ) Sim; ( ) Não; Quais:	( ) Sim; ( ) Não		
9		( ) Sim	( ) Não		( ) Sim; ( ) Não; Quais:	( ) Sim; ( ) Não		
10		( ) Sim	( ) Não		( ) Sim; ( ) Não; Quais:	( ) Sim; ( ) Não		

eencher com os números: 1- analfabeto; 2-Ensino fundamental incompleto; 3- Fundamental completo; 4- Ensino médio completo; 5- Ensino superior; 6- Estudante.

Preencher com os números: 1- Certidão de nascimento; 2-RG; 3-Carteira de Pesca; 4- DAP; 5-CPF; 6-CTPS; 7-NIS; 8-Bloco de Notas Fiscais; 9-Serviços Previdenciários

Preencher com os números: 1-Associação; 2-Cooperativa; 3- Sindicato; 4- Grupos de Mulheres; 5- Grupo informal; 6- CEFFAs (CFR/M, EFFA, ECOR); 7- Clube de mães; 8- Instituição Religiosa; 9- ONGs; 10- Conselhos municipais.

* Preencher com os números: 1-Nenhuma; 2-Aposentadoria rual; 3-ATER para mulheres; 4-Biodiesel; 5-Bolsa família; 6-BPC (Benefício de Prestação Continuada); 7-Fomento de atividades produtivas (FUNAI); 8-Garantia safra; 9-PAA (Programa de Aquisição de Alimentos); 10- (Projeto Demosntrarivos de Povos Indígenas); 11-PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar); 12-PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural); 13- Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais; 14- PROINF (Apoio e ações de infraestrutura e serviços;15- Crédito fundiário); 16- PGPM; 17- SEAF.

Crédito Agrícola e outras dívidas

Qual?	Linha	Modalidade (investimento/ custeio)	Valor (R$)	Saldo devedor (R$)	Situação	Destino/ Uso	Ano de acesso	Vencimento	Agente financeiro	

e renegociação de dívida? ( )N ( )S - Comente :_____

satisfeito com a qualidade de vida na UPF? ( ) Insatisfeito; ( ) Pouco Satisfeito; ( ) Satisfeito; ( ) Muito Satisfeito;

4.2. Aspectos Produtivos					
IMÓVEL Principal					
Há mais de um imóvel de produção? ( )Não; ( )Sim; Quantos?_____					
A localização do imóvel de produção corresponde ao endereço do beneficiário? ( )N *(todos os campos abaixo devem ser preenchidos)* **( )S** *(Devem ser preenchidos os campos a partir da Situação de Posse)*					
Imóvel (Denominação):				**Município:**	**UF:**
Localização:					
Coordenadas (UTM): / **Zona:**	**Longitude:**	**Latitude:**	**Altitude:**		
Situação de posse (1):	**Área Total (ha):**	**Área Aquicola:**	**Participação (%)**		
Licença Ambiental: ( ) Não Possui ( ) Possui Se sim, em qual Atividade:					
(1) opções de preenchimento: Arrendatário;Comodatário;Concessionário de Uso; Concessionário de Uso Real;Condômino Pró Diviso Proprietário; Condômino Pró Indiviso Proprietário; Enfiteuta; Foraleiro; Meeiro; Ocupante de Fundo de Pasto;Ocupante de Unidade de Conservação; Parceiro; Parceleiro de Projeto de Assentamento Estadual; Parceleiro de Projeto de Assentamento Federal; Parceleiro de Projeto de Assentamento Municipal; Posseiro; Proprietário; Proprietário em Assentamento Titulado; Proprietário em Formal de Partilha; Proprietário em Projeto de Crédito Fundiário; Proprietário Individual; Proprietário Assentado por Barragem; Proprietário sem Título; Quilombola: regularização em andamento; Quilombola: regularização não iniciada; Quilombola: titulado; Terra Indígena Demarcada; Terra Indígena Não Demarcada;Usufrutuário					
Manejo	**Principal forma de preparo do solo**: ( ) Mecânico; ( )Tração animal; ( )Plantio Direto; ( )Manual				
	Há erosão na área de produção: ( )N; ( )Sim, do tipo: ( )Laminar; ( ) Vossoroca; ( ) Sulcos; ( ) Degradação das pastagens.				
	Utiliza alguma prática de conservação do solo? ( )Nenhuma; ( )Parcial ( ) Adequada			**Utiliza alguma prática de conservação da água? ( )N ; ( )Sim: Quais?**_____	
	Utiliza fertilizantes orgânicos? ( ) N; ( )Sim: Quais?_____			**Utiliza fertilizantes Químicos?** ( )N; ( )Sim:Quais?_____	
	Utiliza sistema de rotação de culturas? ( )N; ( ) Sim:				
	Utiliza Agrotóxicos? ( )N; ( )Sim, do tipo: ( ) Inseticida ( ) Herbicida ( ) Fungicida ( ) Outro				
	Frequência: ( ) semanal....				
Cobertura Vegetal	**Há árvores na área de produção**?	( ) N; ( )Sim, uso para ( )Sombra; ( )Lenha; ( )Estaca; ( )Apicultura; ( )Artesanato; ( )Frutas; ( )Alimentação animal; ( )Lavoura; ( )Semente;			
		( ) Integração lavoura, pecuária e floresta; ( )outros_____			
	Possui reserva legal? ( )Não; ( )Sim, mas não está averbada; ( )Sim, e está averbada				
	Possui área de preservação permanente? ( )Não; ( )Sim; Está Preservada? ( ) Sim ( ) Não				
	Trabalha no sistema Agroecológico? ( )N; ( )Sim, com nível de atuação ( ) Baixo, ( )Médio; ( ) Alto				
Turismo Rural	**Atua com turismo rural?** ( )Não, nem tem interesse; ( ) Não, mas tem interesse; ( ) Sim, na área _____				
ATER	**Já recebeu ATER na propriedade?** ( )N; ( )Sim, com regularidade ( )Alta; ( ) média; ( ) Baixa				
	Se sim, qual a origem do Serviço? ( ) Federal; ( ) Estadual; ( ) Municipal; ( ) Operação de crédito; ( ) Particular (paga) Prestadora:_____				

4.4 Terras e benfeitorias

TERRAS			BENFEITORIAS EM CONDIÇÕES DE USO			
USO ATUAL	**ÁREA – há**	**% (area)**	**DISCRIMINAÇÃO**	**UNIDADE**	**QTDE.**	OBSERVAÇÕES
Terra Nua			Barragem	m^3		
Pastagem			Casa-Sede	m^2		
Cultura Perene			Casa de Empregados	m^2		
Capoeira			Cerca de Arame Liso	m		
Cerradão			Cerca de Arame Farpado	m		
Mata (2)			Eletrificação Rural	m		
Cultura Temporária			Estábulo/Curral	m^2		
Capineira			Poço (especificar)			
Area de Mar			Tanque de Peixe			
Area de Água Salobra			Chiqueiro	m^2		
Área de Água Doce			Galinheiro	m^2		
			Rancho de Pesca	m^2		
SUBTOTAL			**SUBTOTAL**			

4.5 MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

Especificação	Qtd	Capacidade/Potência	Média de Idade (Anos)	Estado de conservação		Especificação	Qtd	Capacidade/Potência	Média de Idade (Anos)	Estado de conservação
Caminhão/Veículo de Trabalho				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim		Ensiladeira				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim
Trator				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim		Forrageiras				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim
Arado de Tração Animal				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim		Debulhador				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim
Arado de Tração Mecânica				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim		Embarcação				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim
Capinadeira de Tração Animal				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim		Bomba de Água				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim
Grade Aradora de Tração Animal				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim		Irrigação				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim
Grade de Tração Mecânica				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim		Motor				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim
Semeadora de Tração Animal				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim		Guincho				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim
Semeadora Manual (Matraca)				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim		Colete Salva Vidas				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim
Roçadeira				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim		Redes para Pesca (Tarrafa)				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim
Carreta Agrícola				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim		Estruturas de Cultivo				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim
Carroça				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim		EPI				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim
Pulverizador Costal Manual				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim		ordenhadeira mecânica				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim
Moto Serra				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim		Tanques de resfriamento				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim
Motor Elétrico				( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim						( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Ruim

4.6 - SEMOVENTES						
Bovinos - Responsável (eis):_____						
Sistema de Produção: ( ) Intensivo ( ) Semi-Intensivo ( ) Extensivo						
TIPO	QTDE.	IDADE MÉDIA (MÊSES)	RAÇA	VALOR – R$		OBSERVAÇÃO
				UNITÁRIO	TOTAL	
VACA						
TOURO						
NOVILHA						
NOVILHO						
BEZERRO						
BEZERRA						
SUBTOTAL						
Suínos - Responsável (eis):_____						
Sistema de Produção: ( ) Intensivo ( ) Semi-Intensivo ( ) Extensivo Sistema Integrado? ( ) Não; ( )Sim						
TIPO	QTDE.	RAÇA		VALOR – R$		OBSERVAÇÃO
				UNITÁRIO	TOTAL	
Total de animais						
Aves - Responsável (eis):_____						
Espécie:		Sistema de Produção: ( ) Intensivo ( ) Semi-Intensivo ( ) Extensivo				Sistema Integrado? ( )Não ; ( )Sim,
TIPO	QTDE.	ESPÉCIE/RAÇA		VALOR – R$		OBSERVAÇÃO
				UNITÁRIO	TOTAL	
Total de animais						
Ovinos/Caprinos - Responsável (eis):_____						
Sistema de Produção: ( ) Intensivo ( ) Semi-Intensivo ( ) Extensivo						
TIPO	QTDE.	ESPÉCIE/RAÇA		VALOR – R$		OBSERVAÇÃO
				UNITÁRIO	TOTAL	
Total de animais						
Equinos – Responsável (eis):_____						
Sistema de Produção: ( ) Intensivo ( ) Semi-Intensivo ( ) Extensivo						
TIPO	QTDE.	RAÇA		VALOR – R$		OBSERVAÇÃO
				UNITÁRIO	TOTAL	
Total de animais						

5.1 Renda de Culturas Agrícolas:										
Atividade (Produto)	Área Plantada	Produção última safra 2013/2014 (Quantidade)	Unidade (kg)	Vl. Unit. R$	Vl.Total (1) R$	AUTOCONSUMO (Uso da Família ou na produção)			Responsável Produção	Responsável Comercialização
						Qtd	Unid	Vl. Total (2) R$		
Arroz	ha									
Café	ha									
Aveia	ha									
Cana de açucar	ha									
Feijão	ha									
Soja	ha									
Milho	ha									
Mamona	ha									
Tabaco	ha									
Mandioca	ha									
Abacaxi	ha									
Abacate	ha									
Banana	ha									
Melancia	ha									
Morango	ha									
Maracujá	ha									
Eucalípito	ha									
Pinus	ha									
Araucária	ha									
ERVA-MATE NATIVA	ha									
MADEIRA	ha									
COCO-BABAÇU	ha									
PEIXES	ha									
CARVÃO	ha									
total										

5.2 - Renda dos Animais e seus produtos:											
Atividade (Produto)	Produção (Quantidade)	Unidade	Vl. Unit.	Vl.Total (1)	AUTOCONSUMO			Vl. total (3) despesas com a atividade	Vl. Líquido da receita	Responsável	Responsável
	Período de jan/14 a dez/14		R$	R$	(Uso da Família ou na produção)			R$	[=(1)-(2)-(3)]	Produção	Comercialização
					Qtd	Unid	Vl. Total (2)		R$		
							R$				
LEITE BOVINO		Litro									
BEZERRA		Kg/ vivo									
BEZERRO		Kg vivo									
NOVILHA		Kg/vivo									
BOVINO ADULTO											
SUINOS											
QUEIJO											
TOTAL											

Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar
MDA

5.3 Rendas da Família de fora da Propriedade:		
ATIVIDADE/ Origem da Renda	**RESPONSÁVEL/ Integrante**	**RECEITA/ANO**
VENDA DE COSMÉTICOS		
PROFESSOR -EDUCAÇÃO		
DIARISTA		
VIGILANTE		
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE		
MANICURE		
COMÉRCIO		
ARTESANATO		
TURISMO		
TRANSPORTE NÁUTICO		
APOSENTADO		
BPC		
SALÁRIO DEFESO		
PENSIONISTA		
MOTORISTA		
BOLSA FAMÍLIA		
TOTAL		

Renda Líquida	
Total receitas de atividades produtivas e serviços da UPF /ano	R$
Total despesas de atividades produtivas e serviços da UPF/ano	R$
Total receita líquida de atividades produtivas e serviços da UPF/ano	R$
Total receitas de fora da UPF/ano	R$
Total de despesas de manutenão da família/ano	R$
Renda LíquidaTotal/ano	R$

6. COMERCIALIZAÇÃO:

PRODUTOS PRINCIPAIS	Forma de comercialização (*)	Entraves para comercialização (**)

(*) Opções de forma de comercialização: Cooperativa; Cerealista; Indústria; Feira; Indústria própria; Integradora; Programa governamental de aquisição de alimentos; Intermediário; Unidade de beneficiamento de sementes; Supermercado; Em domicílio; Venda direta a escolas, creches, hospitais, asilos, etc.; Pesque-Pague; Nenhuma

(**) Opções de entraves para comercialização: Não possui veículo para transporte da produção; Inexistência ou más condições de vias de transporte;Baixa qualidade do produto; Produto sem certificação;Produto sem selo de inspeção sanitária; Falta de comprador na região e no entorno; Queda do preço de venda do produto no mercado e no entorno; Escala insuficiente; Excesso de produção; Produção ou entrega irregular; Dificuldades em manter escala de produção suficiente no tempo; Falta de embalagem para acondicionamento; Não sabe onde vender

Local e Data de execução: _____, _____de_____de_____

_____ _____

Assinatura do técnico Assinatura do Beneficiário

APÊNDICE B – Fotos mostrando a diversificação da produção de alguns dos agricultores familiares tradicionais, de Dourados-MS.

Fonte: Dados da pesquisa (arquivo pessoal da AGRAER/Dourados, 2015).

Fonte: Dados da pesquisa (arquivo pessoal da AGRAER/Dourados, 2015).

Fonte: Dados da pesquisa (arquivo pessoal da AGRAER/Dourados, 2015).

Fonte: Dados da pesquisa (arquivo pessoal da AGRAER/Dourados, 2015).